



**RANDON S.A.  
Implementos e Participações**

**Manual para Participação de Acionistas**

**Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária**

**29/03/2012**

## **Sumário**

- 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-presidente**
- 2. Informações gerais sobre assembleia geral**
- 3. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária**
  - 3.1. Acionistas**
  - 3.2. Procuradores**
- 4. Edital de Convocação**
- 5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas  
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 29 de março de 2012**

- Anexo I -** Modelo de procuração sem orientação de voto
- Anexo II -** Modelo de procuração com orientação de votos
- Anexo III -** Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência
- Anexo IV -** Proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/2009
- Anexo V -** Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.
- Anexo VI -** Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência
- Anexo VII -** Proposta de modificação do Estatuto Social

## **1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor-presidente**

Caxias do Sul (RS), 13 de março de 2012.

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (AGOE), que será realizada às 15 horas do dia 29 de março de 2012, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Caxias do Sul (RS), na Av. Abramo Randon, nº 770, Bairro Interlagos.

Os assuntos a serem deliberados na AGOE estão descritos no Edital de Convocação publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, e disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia ([www.randon.com.br/ri](http://www.randon.com.br/ri)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBovespa, ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

Este Manual contempla os documentos referidos nos Artigos 10 e 12, da Instrução CVM 481/09 e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto, possibilitando aos senhores participarem da discussão de questões relevantes para a Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Raul Anselmo Randon  
Presidente do Conselho de Administração

David Abramo Randon  
Diretor-presidente

## **2. Informações gerais sobre as Assembleias Gerais**

As matérias relativas às assembleias gerais estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 640476 e nos Artigos 13 a 16 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembleias gerais se dá mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria a ser alterada. O prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 dias e o da segunda convocação de 8 dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

As assembleias gerais da Companhia são convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por outro Conselheiro ou, na falta destes, por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**2.1.** A Assembleia Geral Ordinária é realizada nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

**(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, serão disponibilizados aos acionistas: (a) Relatório anual dos administradores; (b) Cópia das Demonstrações Financeiras; (c) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência; (d) Parecer dos auditores independentes; e, (e) Parecer do Conselho Fiscal, nos termos do disposto na Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM 481/09.

**(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6404/76 e da Instrução CVM 481/09.

**(iii)** eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, os membros do Conselho Fiscal. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação (itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência), relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

De acordo com o disposto no Artigo 18 do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto de 3 a 9 membros, acionistas da Companhia, eleitos em assembleia geral, pelo prazo de mandato de 2 anos.

Considerando a vigência de 2 anos para o mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a Assembleia Geral Ordinária deste ano, não contemplará

tal eleição, uma vez que os Conselheiros atuais foram empossados no ano de 2011.

É facultado aos acionistas com direitos a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do conselho de administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho a serem eleitos, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho de administração.

De acordo com a Lei, acionistas titulares de 10% das ações com direito a voto poderão exercer este direito. No entanto, a CVM, com a edição da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabeleceu uma escala que varia de acordo com o valor do capital social. Na Companhia este percentual é de 5%.

Observadas as condições previstas nos § 4º e 5º do Artigo 141 da Lei 6.404/76, é facultado **(i)** aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% do total das ações com direito a voto e **(ii)** aos preferencialistas que representem, no mínimo, 10% do capital social, eleger, em votação em separado, até dois membros do Conselho de Administração. Caso nem os acionistas minoritários e nem os acionistas preferencialistas perfizerem, respectivamente, os percentuais acima, ser-lhe-á facultado agregar suas ações para eleger em conjunto um membro para o conselho de administração, observando-se, nessa hipótese, o percentual de 10% do capital social. Para tanto, deverão comprovar a titularidade ininterrupta das referidas participações acionárias, durante o período de 3 meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da AGO.

As sociedades anônimas terão um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76, acionistas titulares de 10% das ações com direito a voto ou 5% das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324/00, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 2% das ações ordinárias ou 1% das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6404/76, os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% ou mais das ações ordinárias. Ao interpretar o referido dispositivo, a CVM expôs o seu entendimento, por meio do Parecer de Orientação CVM nº 19/90, no sentido de que para não se tornar meramente nominal o direito atribuído por lei aos preferencialistas, deve-se entender que, da votação em separado desses acionistas para a eleição de seu representante no Conselho Fiscal, não poderão participar os acionistas controladores, ainda que detentores também de ações preferenciais.

Cumprir destacar o entendimento emitido pelo Colegiado da CVM nas reuniões de 06.05.2008 e de 23.09.2008, no sentido de que o requisito de "10% ou mais das ações

com direito a voto" previsto no artigo 161, parágrafo 4º da Lei 6404/76 não se refere ao número de ações que o minoritário presente à assembleia precisa deter para eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente do conselho fiscal, mas sim ao número de ações com direito a voto detidas por todos os acionistas minoritários da companhia.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

Cabe, ainda, a assembleia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. De acordo com o disposto no § 2º do Artigo 17 do Estatuto Social, a verba poderá ser votada de forma individual para cada membro, ou de forma global, cabendo então ao conselho de administração proceder a sua distribuição por membro.

Até a data da convocação do primeiro anúncio, a Companhia deve disponibilizar aos acionistas a proposta de remuneração dos administradores, bem como as informações exigidas na Instrução CVM 481/09.

**2.2.** Quando a Assembleia Geral Extraordinária for convocada para deliberar sobre a modificação do Estatuto Social, somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número.

### **3. Orientações para participação nas assembleias gerais**

#### **3.1. Acionistas**

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto, levando em conta a espécie de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas assembleias os acionistas: **(ii)** deverão apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; e, **(ii)** quando pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as assembleias gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares.

#### **3.2. Procuradores**

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos. As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas.

Com o objetivo de auxiliar os acionistas, a Companhia disponibiliza modelos de procuração anexos, sendo o Anexo I, modelo de procuração sem orientação de voto e o Anexo II, modelo de procuração com orientação de votos, nesta hipótese o procurador deverá votar observando estritamente as instruções contidas nas respectivas procurações.

Os acionistas poderão, ainda, outorgar procuração com textos diferentes dos aqui sugeridos, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais.

Conforme faculta o Artigo 15 do Estatuto Social, com a finalidade de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das assembleias, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da companhia, preferencialmente, com antecedência de, pelo menos, 2 dias úteis da data prevista para a realização das assembleias gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço [ri@randon.com.br](mailto:ri@randon.com.br) ou, alternativamente pelo fax (54) 3209-2505.

Endereço da sede da Companhia, para envio dos documentos: Randon S.A. Implementos e Participações - Relações com Investidores - Av. Abramo Randon, nº 770 - Bairro Interlagos – CEP 95055-010 – Caxias do Sul – RS.

#### 4. Edital de Convocação

O Edital de Convocação para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 29 de março de 2011, será publicado nas edições de 13, 14 e 15 de março, nos jornais "Pioneiro", de Caxias do Sul, "Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul" e "Valor Econômico", Regional São Paulo, cujo teor está transcrito a seguir:

"Convidamos os acionistas a se reunirem, na sede da Companhia, na Av. Abramo Randon, 770, Bairro Interlagos, Caxias do Sul, RS, às 15 horas do dia 29 de março de 2012, para tratar da seguinte ordem do dia:

##### (1) Em Assembleia Geral Ordinária

- (a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;
- (b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;
- (c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; e,
- (d) Fixar a remuneração dos administradores e, se eleitos, dos Conselheiros Fiscais.

##### (2) Em Assembleia Geral Extraordinária

Deliberar sobre proposta de modificação do Estatuto Social com os fins de adaptá-lo à reforma realizada no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa e à mudança do art. 146 da Lei 6.404/1976, introduzido pela Lei 12.431/2011, bem como sobre sua consolidação.

##### Instruções Gerais:

- ⇒ Para participar e votar nas referidas Assembleias os acionistas deverão: **(a)** apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; **(b)** caso sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; **(c)** apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.
- ⇒ Conforme faculta o disposto no Artigo 15 do Estatuto Social, a Companhia solicita que referidos documentos, sejam entregues na sede da Companhia, preferencialmente, até as 17 horas do dia 27 de março de 2012.
- ⇒ Informações complementares, bem como o Manual para Participação dos Acionistas nas Assembleias, contendo as informações, orientações aos acionistas e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, [www.randon.com.br/ri](http://www.randon.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).
- ⇒ Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico [ri@randon.com.br](mailto:ri@randon.com.br), ou do telefone (54) 3209-2505.

Caxias do Sul, 13 de março de 2012.

Raul Anselmo Randon  
Presidente do Conselho de Administração"



## **5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 29 de março de 2011**

A seguir detalhamento das informações relativas as matérias constantes da Ordem do Dia.

### **Em Assembleia Geral Ordinária:**

#### **(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.**

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, foram apreciadas pelos Conselheiros Fiscais e pelos Conselheiros de Administração, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2012, respectivamente, tendo o Conselho Fiscal emitido parecer favorável e o Conselho de Administração as considerado em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 28 de fevereiro de 2012 e publicados nas edições de mesma data nos jornais "Pioneiro", de Caxias do Sul, "Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul" e "Valor Econômico", Regional São Paulo.

No dia 29 de fevereiro de 2012, foram disponibilizado aos acionistas, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481/09, que também estão anexos, identificados como Anexo III.

Os Diretores, a teor do disposto no Artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/09, declararam que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes SS, bem como com as opiniões expressas por essa Auditoria no respectivo relatório.

#### **(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos**

Em 22 de fevereiro de 2012, a Diretoria elaborou Proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais, sendo considerada adequada e em condições de encaminhamento aos acionistas na AGO.

A Proposta foi disponibilizada aos acionistas, na rede mundial de computadores, no dia 28 de fevereiro de 2012, sendo enviada à CVM e BM&FBovespa na mesma data.

A Proposta de destinação do lucro líquido de 2011 encontra-se descrita no Anexo IV.

#### **(c) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal**

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam a AGO munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de eleição.

A acionista controladora, DRAMD Participações e Administração Ltda., indica para a reeleição Carlos Osvaldo Pereira Hoff e Maria Tereza Casagrande, como titulares, e Orly Casara e Paulo Poletto, como suplentes.

Caso os acionistas minoritários e os acionistas preferencialistas indicarem, respectivamente, um membro titular e um membro suplente, caberá a acionista controladora a faculdade de eleger mais um membro titular e seu respectivo suplente. Neste caso, são indicados João Carlos Sfreddo como membro titular e Werner Bornholdt como membro suplente.

No Anexo V, encontram-se as Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, com informações adicionais sobre cada um dos candidatos indicados pelo acionista controlador.

**(d) Fixar a remuneração dos administradores e, se eleitos, dos Conselheiros Fiscais**

A administração da Companhia submete aos Acionistas, para exame e deliberação, propostas para Remuneração dos Administradores e do Conselho Fiscal.

**1. Remuneração dos Administradores**

A proposta de remuneração para o exercício de 2012 consiste em na importância global anual de até R\$ 11.700.000,00 para a remuneração dos Administradores, incluídos nesse montante os honorários fixos, a participação nos resultados, os custos com os benefícios de previdência privada, de plano de saúde e de seguro de acidentes pessoais.

Esse montante justifica-se devido à grande experiência dos Administradores e ao seu alto grau de conhecimento da Companhia, uma vez que a maioria fez carreira na própria Companhia ou em empresas do mesmo grupo econômico, bem como à necessidade de reter talentos num mercado cada vez mais competitivo.

Conforme estabelece o Estatuto Social, o Conselho de Administração procederá a distribuição das importâncias individuais, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria.

**2. Remuneração dos Conselheiros Fiscais**

Se instalado o Conselho Fiscal, é proposta a remuneração mensal dos Conselheiros Fiscais em exercício em valor correspondente a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e a participação nos lucros. Os membros suplentes somente serão remunerados caso substituam os membros titulares.

A proposta de remuneração está prevista no Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei nº 6.404/1976, sendo que na Assembleia Geral Ordinária de 2011 foi fixada a mesma importância, correspondente a 10% da média atribuída a cada Diretor.

No Anexo VI, encontram-se as Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

**(i) Deliberar sobre proposta de modificação do Estatuto Social com os fins de adaptá-lo à reforma realizada no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa e no art. 146 da Lei 6.404/76.**

Em 22 de fevereiro de 2012, a Diretoria elaborou proposta de modificação do Estatuto Social, para:

(i) adequá-lo à reforma do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa;

(ii) adequá-lo á mudança da Lei 6.404/76 introduzida pela Lei 12.431/2011, que alterou o art. 146, retirando exigência de que os membros do Conselho de Administração sejam acionistas da Companhia;

(iii) tornar mais clara a redação do artigo 26, que trata da representação da Companhia por Diretores e procuradores; e,

(iv) proceder sua consolidação, contemplando, além da modificações ora propostas, as modificações aprovadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de junho de 2009 e 8 de abril de 2010.

Em 24 de fevereiro de 2012, os membros do conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta apresentada pela Diretoria, considerando-a apta para ser submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada cumulativamente com a Assembléia Geral Ordinária.

O Estatuto Social com destaque das alterações propostas, bem como as justificativas para a modificação, nos termos do disposto no Artigo 11, inciso II da Instrução CVM 481/2009, foram disponibilizados aos acionistas no dia 28 de fevereiro de 2012 e podem ser consultados nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, da CVM e da BM&FBovespa, bem como no Anexo VII.

## **Anexo I – Modelo de procuração sem orientação de voto**

### **PROCURAÇÃO**

#### **OUTORGANTE**

**[Pessoa natural]** [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo].

**[Pessoa jurídica]** [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

#### **OUTORGADO**

[nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

#### **PODERES**

Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Randon S.A. Implementos e Participações, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 89.086.144/0001-16, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de março de 2012, às 15 horas, na sede social, localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, Bairro Interlagos, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação nas referidas Assembleias, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

---

## Anexo II – Modelo de procuração com orientação de voto

### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** {Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo], ou {Pessoa jurídica} [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

**OUTORGADO:** [nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

**PODERES:** Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Randon S.A. Implementos e Participações, sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 89.086.144/0001-16, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de março de 2012, às 15 horas, na sede social, localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, Bairro Interlagos, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação nas referidas Assembleias, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, obedecendo, obrigatoriamente, a seguinte orientação de votos.

Assembleia Geral Ordinária		
(i) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011;		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
(ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
(iii) Eleger, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal;		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
(iv) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais;		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )
Assembleia Geral Extraordinária		
Deliberar sobre proposta de modificação do Estatuto Social com os fins de adaptá-lo à reforma realizada no Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa e à mudança do art. 146 da Lei 6.404/1976, introduzido pela Lei 12.431/2011, bem como sobre sua consolidação.		
A favor ( )	Contra ( )	Abstenção ( )

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

**Anexo IV – Proposta de destinação do lucro líquido, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/2009**

**PROPOSTA DA DIRETORIA**

**Destinação do Lucro Líquido – 2011**

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2011.

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como da destinação dada nos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta 2011 (R\$)	Destinações		
		2010 (R\$)	2009 (R\$)	2008 (R\$)
Lucro líquido do exercício	269.149.379,74	249.493.005,60	138.126.386,80	231.594.998,51
(-) Ajustes - Lei 11.638/07		(6.632.553,46)		3.306.457,19
(+) Ajustes - IFRS	5.394.903,93	5.141.435,22		
Lucro após ajustes	274.544.283,67	248.001.887,36	138.126.386,80	234.901.455,70
(-) Reserva legal	13.727.214,18	12.400.094,37	6.906.319,34	11.747.319,40
(+) Realização de Reservas	44.932,20	44.932,20	44.932,20	44.932,20
Lucro base para cálculo de dividendos	260.862.001,69	235.646.725,19	131.264.999,66	223.199.068,51
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	62.701.344,16	52.522.679,73	32.090.978,90	38.397.594,13
Dividendos	38.005.556,63	26.049.737,89	12.102.167,67	34.321.765,54
Reserva de investimento e capital de giro (estatutária)	160.155.100,89	157.074.307,57	87.071.853,09	150.479.708,83

**Reserva Legal**

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea “a” do § 1º do Artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

**Reserva Estatutária (Reserva de Investimento e Capital de Giro)**

O Artigo 194 da Lei 6404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto no § 2º do Artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro ajustado, após dele deduzido o dividendo obrigatório, será destinado a Reserva de Investimento e Capital de Giro, a qual terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas.

#### **Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6404/76 e a alínea “b” do § 1º do Artigo 36 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 30% (trinta por cento) do lucro ajustado como dividendo mínimo obrigatório.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, § 1º da Lei 6404/1976, ou, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros; (ii) creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2011 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 35% (trinta e cinco) do lucro ajustado, 5% (cinco por cento) superior àquele previsto no Estatuto Social da Companhia.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas ex-dividendos a partir do dia seguinte àquele de sua declaração e a data do pagamento será informada por Aviso aos Acionistas, publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia e disponibilizado na rede mundial de computadores.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2011, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 (três) exercícios anteriores:

<b>Exercício de 2011</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	260.862.001,69	
Dividendos – 35%	91.301.699,16	0,37879928
Juros sobre o capital próprio declarados em 13/06/2011 e 05/12/2011 e pagos em 11/07/2011 e 24/01/2012*		
Valor bruto	62.701.344,16	0,26014000
Valor líquido de IRF	53.296.142,53	0,22111899
Dividendos a serem declarados na próxima AGO em 29/03/2012 e pagos em 11/04/2012**	38.005.556,63	0,15768028

\* Ex-juros as posições detidas em 14/06/2011 e 06/12/2011, respectivamente.

\*\* Ex-dividendos as posições detidas em 30/03/2012.

<b>Exercício de 2010</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	235.646.725,19	
Dividendos – 30%	70.694.015,65	0,29330059
Juros sobre o capital próprio declarados em 14/06/2010 e 10/12/2010 e pagos em 23/07/2010 e 27/01/2011*		
Valor bruto	52.522.679,73	0,21791000
Valor líquido de IRF	44.644.277,76	0,18522349
Dividendos declarados em 18/04/2011 e pagos em 29/04/2011**	26.049.737,89	0,10807710

\* *Ex-juros* as posições detidas em 15/06/2010 e 13.12.2010, respectivamente.

\*\* *Ex-dividendos* as posições detidas em 19/04/2011.

<b>Exercício de 2009</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	131.264.999,66	
Dividendos – 30%	39.379.499,90	0,24507089
Juros sobre o capital próprio declarados em 18/06/2009 e 04/12/2009 e pagos em 10/07/2009 e 28/01/2010*		
Valor bruto	32.090.978,90	0,20000000
Valor líquido de IRF	27.277.332,07	0,16975533
Dividendos declarados em 08/04/2010 e pagos em 23/04/2010**	12.102.167,67	0,07531556

\* *Ex-juros* as posições detidas em 19/06/2009 e 07.12.2009, respectivamente.

\*\* *Ex-dividendos* as posições detidas em 09/04/2010.

<b>Exercício de 2008</b>	<b>Total (R\$)</b>	<b>R\$ por ação ON e PN</b>
Lucro líquido ajustado (base de cálculo para os dividendos)	223.199.068,51	
Dividendos – 30%	66.959.720,55	0,417914130
Juros sobre o capital próprio declarados em 17/06/2008 e 26/11/2008 e pagos em 03/07/2008 e 27/01/2009*		
Valor bruto	38.397.594,13	0,239650000
Valor líquido de IRF	32.637.955,01	0,203702490
Dividendos declarados em 08/04/2009 e pagos em 24/04/2009**	34.321.765,54	0,214211627

\* *Ex-juros* as posições detidas em 18/06/2008 e 27/11/2008, respectivamente.

\*\* *Ex-dividendos* as posições detidas em 09/04/2009.

Caxias do Sul, 22 de fevereiro de 2012.

David Abramo Randon

Alexandre Randon

Astor Milton Schmitt

Erino Tonon



## Anexo V - Informações indicadas no item 10 do Formulário de Referência

Em atendimento a Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009.

### 1) Comentário dos administradores

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

#### 2009

Um olhar detalhado sobre o ano de 2009 revela momentos e situações bastante distintas. Extremos provocados pelo efeito da crise financeira mundial, instalada no último trimestre de 2008, e a euforia da retomada nos três meses finais do ano. O período marca com precisão o momento de maior cautela no mercado até o retorno mais intenso da atividade: exatamente um ano.

A crise provocou uma redução forte da demanda, cancelamentos de ordens de produção e paralisação dos mercados externos. Estes eventos foram potencializados pela escassez de crédito e a falta de confiança. O somatório deste cenário desenhou um início de ano bastante difícil para a Companhia, sem precedentes nos últimos anos. E, embora o ano tenha sido em sua maior parte desafiador, a postura proativa diante das incertezas permitiu um desempenho satisfatório no fechamento do ciclo.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 3,7 bilhões**, recuo de 18,6% comparado com 2008;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 2,5 bilhões**, queda 19,3% em relação a 2008;
- **EBITDA** de **R\$ 300,8 milhões**, decréscimo de 42,2% comparado com 2008;
- **R\$ 138,9 milhões de lucro líquido consolidado** em 2009, 39,9% menos que 2008 apresentando **Margem Líquida** de 5,6% **sobre receita líquida consolidada**;

Durante o momento de maior *stress*, a Companhia adotou, entre outras medidas, em consenso com seus colaboradores e sindicato da categoria, regime de flexibilização de jornada de trabalho, prevendo reduções de custos, adequação da capacidade e manutenção de empregos. No lado mercadológico as áreas comerciais foram orientadas a analisar o mercado e suas possibilidades de forma dinâmica, criativa e inovadora, voltada à manutenção e ampliação da participação de mercado independente do segmento.

O retorno da demanda só foi intensificado com o pacote de medidas anticíclicas (renúncia fiscal, ampliação dos prazos e redução do custo dos financiamentos) anunciadas pelo governo no final do primeiro semestre. Em especial os ajustes e benefícios relacionados ao financiamento de veículos comerciais foram os propulsores da recuperação da demanda no último trimestre do ano, com avanços significativos nas vendas de caminhões e veículos rebocados a partir de setembro.

O fato de estar exposta aos diversos setores da economia permitiu à Companhia aproveitar os poucos bons momentos do ano em cada setor e traduzir isto em novas demandas. Cabe destacar alguns pedidos expressivos na área de rebocados, veículos especiais e vagões ferroviários.

Na esfera dos investimentos foram priorizados os aportes para conclusão daqueles iniciados anteriormente a 2009. No exercício em análise foram investidos R\$ 123 milhões. Mesmo com os desafios já apresentados, este nível de investimentos reforça a convicção na retomada do crescimento e no avanço dos negócios.

## 2010

A Randon concentra a maior parte de seus negócios direcionados ao mercado doméstico. Acima de 85% da sua receita foi relativo às vendas em território brasileiro. O momento atual da economia do Brasil trouxe reflexos positivos em diversos setores, e, como já explorado nos relatórios trimestrais da Companhia, esta interação diversificada dos negócios com todos os diferentes setores econômicos proporciona resultados consistentes, equilibrados e sustentáveis no longo prazo.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 5,6 bilhões**, 51,0% de crescimento em relação a 2009;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 3,7 bilhões**, 50,6% superior a 2009;
- **EBITDA** de **R\$ 541,4 milhões**, 82,0% maior se comparado com 2009;
- **R\$ 249,5 milhões** de **lucro líquido consolidado** em 2010, com **Margem Líquida** de **6,7%** sobre receita líquida consolidada;

O desempenho da indústria automotiva doméstica que produziu 191.321 caminhões (+54,7% comparado a 2009), 45.879 chassis de ônibus (+32,8% em relação a 2009) e 63.752 veículos rebocados (+46% sobre 2009) impactou de forma positiva as vendas nos diferentes segmentos da Companhia. (Fontes: Anfavea / Anfir-Fenabreve / Holding Randon).

De fato, em números absolutos, no âmbito de produção, volume de vendas e resultado, o ano de 2010 foi o ano dos recordes da Randon. Jamais em sua história houve números de tamanha grandeza. É sabido também, que parte deste crescimento foi motivado pelas medidas de incentivos providas pelo governo federal como renúncia fiscal, ampliação dos prazos e redução do custo dos financiamentos. Partes destes benefícios ainda são vigentes para o próximo exercício.

A alta demanda por produtos e serviços da Companhia exigiu atenção adicional à adequação de capacidade, pequenos problemas de fornecimento na área de suprimentos e contratação e treinamento de mão de obra qualificada. Por outro lado, a alta utilização da capacidade, em muitos momentos acima de 90%, permitiu ganhos de eficiência e produtividade, contabilizadas no incremento de margens quando comparadas ao exercício anterior.

O ritmo de investimentos também retomou aos níveis históricos, fechando o ano de 2010 com R\$ 190,5 milhões. Este montante foi direcionado ao aumento de capacidade nas diferentes linhas de produtos, reposição de ativos depreciados, modernização, desenvolvimento de novos produtos e ferramentais diversos. Vale destacar também, o início da implantação do novo ERP (*Enterprise Resource Planning*), que deverá ser concluído no próximo exercício.

## 2011

O exercício encerrado em 2011 apresentou bons níveis de atividade das Empresas Randon, em sintonia com os movimentos ocorridos na indústria de veículos comerciais.

Os principais destaques do período foram:

- **Receita Bruta Total**, antes da consolidação, de **R\$ 6,4 bilhões**, 14,1% de crescimento em relação a 2010;
- **Receita Líquida Consolidada** atingiu **R\$ 4,2 bilhões**, 11,8% superior a 2010;
- **EBITDA** de **R\$ 556,7 milhões**, 2,8% maior se comparado com 2010;
- **R\$ 269,1 milhões** de **lucro líquido consolidado** em 2011, com **Margem Líquida** de **6,5%** sobre receita líquida consolidada, crescimento de 7,9% no ano;

Houve, em 2011, dois movimentos distintos na atividade da Companhia. Ambos reforçam o compromisso com o crescimento, performance, gestão e estratégia das operações.

O primeiro refere-se a troca do sistema ERP (Enterprise Resource Planning), com impacto pontual nos resultados, porém, focado a suportar o avanço das atividades, no longo prazo. A integração e padronização dos processos de negócios são fundamentais para promoção dos ganhos de sinergia entre as empresas do grupo, além de gerar agilidade na estratégia de crescimento.

O segundo ponto é relacionado à performance da Companhia e suas controladas no mercado externo. Os níveis de vendas e atividade além fronteiras também pontuou níveis bastante positivos no ano encerrado. No total, as receitas de exportação somaram US\$ 294,4 milhões, crescimento de 22,5% quando comparado ao exercício anterior.

Na ponta do CAPEX (investimentos), o montante aplicado foi de R\$ 248,3 milhões. Além das linhas regulares de investimento (aumento de capacidade nas diferentes linhas de produtos, reposição de ativos depreciados, o novo ERP, modernização, desenvolvimento de novos produtos e ferramentais diversos), também houve movimentação da conta de investimentos não orgânicos, com a aquisição de unidade produtora de veículos rebocados no estado de Santa Catarina e o anúncio da aquisição, pela controlada Fras-le, de fábrica dedicada à produção de componentes para freios e outras autopeças. Ambas as aquisições serão detalhadas mais adiante.

O exercício também foi caracterizado por pressão acentuada nos custos de mão de obra. Os ganhos reais realizados dos últimos anos condicionam atenção especial à produtividade e à eficiência, a fim de manter a competitividade e rentabilidade dos negócios.

Em 2011 a Companhia encerrou seu exercício com boas condições patrimoniais e financeiras:

- ✓ Geração operacional de caixa em bom nível e equilibrada posição financeira (R\$ 556,7 milhões);
- ✓ Boa performance na geração de lucros;
- ✓ Adequada estrutura de capital, com custos de financiamento de terceiros abaixo das taxas praticadas pelo mercado;
- ✓ Dívida Líquida inferior a 7 meses de Geração de Caixa (EBITDA);

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A composição da dívida bruta total ao final do exercício de 2009 era 19,2% de curto prazo (R\$ 166,7 milhões) e 80,8% de longo prazo (R\$ 703,3 milhões). Em 31/12/2009, a dívida bruta consolidada era composta por 77,6% em reais e 22,4% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta em relação à capitalização total (dívida total + PL) da Companhia foi de 38,8% em 31/12/2009.

Considerando-se a dívida bruta total ao final do exercício de 2010, 28,9% eram de curto prazo (R\$ 388,4 milhões) e 71,1% de longo prazo (R\$ 956,5 milhões). Em 31/12/2010, a dívida bruta consolidada era composta por 88,1% em reais e 11,9% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta em relação à capitalização total da Companhia foi de 45,4% em 31/12/2010.

Considerando-se a dívida bruta total ao final do exercício de 2011, 32,1% eram de curto prazo (R\$ 478,2 milhões) e 67,9% de longo prazo (R\$ 1.009,6 bilhão). Neste ano as dívidas da divisão financeira da Companhia (Banco Randon) somaram 30,4 milhões (24,6% curto prazo, 75,4% de longo prazo), já incluídas na dívida total. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada era composta por 85,5% em reais e 14,5% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil ou em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O indicador de dívida bruta em relação à capitalização total da Companhia foi de 44,4% em 31/12/2011.

**i) Hipótese de resgate**

A Administração não antevê possibilidade de resgate das ações emitidas.

**ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Randon apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos. O endividamento líquido em 2011 foi R\$ 383,5 milhões, o equivalente a um múltiplo de 0,69 do EBITDA.

**Direitos e obrigações por recursos de consorciados**

Referem-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferido para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos e pré-embarques atrelados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o IFC, FINEP e o BNDES.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs, pré-pagamento, pré-embarque, FINEP e BNDES.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**  
**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

**Financiamentos (R\$ milhões)**

	Indexador	Juros	Vencimento	BRGAAP			IFRS		
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<b>Circulante</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/05/2011	-	-	28	12	483	955
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	7.869	3.484	3.419	22.615	15.731	11.472
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	-	-	-	-	-	103
<b>Contratos de arrendamento mercantil</b>									
Incentivo fiscal - Fundopem (*)	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	14/08/2011	165	1.533	2.327	169	1.800	2.544
BNDDES	UR/TJLP / TULP	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	181	-	-	181	-	-
BNDDES	UR/TJLP / TULP	2,2% a 4,5% a.a.	16/01/2018	16.465	19.081	20.190	51.030	49.618	43.978
BNDDES	Taxa Fixa	4,5% a 5,5% a.a.	17/06/2013	192.049	964	50.049	249.361	22.259	77.116
<b>Moeda estrangeira</b>									
<b>Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$</b>									
19.568 mil	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	10/03/2012	6.563	6.865	18.854	32.605	46.742	54.444
Financiamento de US\$ 11.261 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 6,17% a.a.	15/10/2017	2.316	240	9.973	18.763	7.987	21.988
<b>Empréstimo de capital de giro de US\$ 3.855 mil</b>									
	Badlar	9,7% a.a.	31/08/2014	-	-	-	6.423	9.555	5.371
<b>BNDDES</b>									
	UMBNDDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2018	1.455	2.006	2.986	5.664	12.734	7.280
				<u>227.063</u>	<u>34.173</u>	<u>107.826</u>	<u>366.823</u>	<u>166.669</u>	<u>225.231</u>
<b>Não circulante</b>									
<b>Moeda nacional:</b>									
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	-	-	-	-	-	12	620
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	41.732	35.362	8.751	75.576	74.797	55.237
<b>Contratos de arrendamento mercantil</b>									
Incentivo fiscal - Fundopem (*)	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	-	-	173	1.525	-	177	1.543
BNDDES	UR/TJLP / TULP	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	535	753	-	26.986	11.652	7.713
BNDDES	UR/TJLP / TULP	2,2% a 4,5% a.a.	19/01/2018	95.073	64.657	83.615	235.540	194.735	180.905
BNDDES	Taxa Fixa	4,5% a 5,5% a.a.	17/06/2013	361.360	174.760	-	548.411	283.641	19.872
<b>Moeda estrangeira</b>									
<b>Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 625 mil</b>									
	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	10/03/2012	1.041	7.935	19.830	1.041	7.935	19.829
<b>Financiamento de US\$ 35.906 mil</b>									
	Varição cambial + Libor	2,0% a 6,17% a.a.	15/10/2017	38.485	48.064	68.066	59.827	79.448	110.198
<b>Empréstimo de capital de giro de US\$ 6.134 mil</b>									
	Badlar	9,7% a.a.	31/08/2014	-	-	-	10.220	11.799	2.352
<b>BNDDES</b>									
	UMBNDDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2018	10.398	5.793	10.871	27.838	29.075	31.247
				<u>548.624</u>	<u>337.517</u>	<u>192.658</u>	<u>965.459</u>	<u>703.265</u>	<u>429.516</u>
<b>Total de empréstimos sujeitos a Juros</b>				<u>775.687</u>	<u>37.1590</u>	<u>300.494</u>	<u>1.343.322</u>	<u>869.955</u>	<u>654.747</u>

	Indexador	Juros	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				BRGAAP	IFRS		
				31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>							
<b>Moeda nacional:</b>							
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/12/2016	-	-	7.473	12
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	14.186	7.869	27.488	22.615
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	0,1% a 1,6% a.m.	14/08/2011	-	165	-	169
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	-	181	-	181
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	38.122	16.465	74.093	51.030
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	177.966	192.049	301.598	249.361
<b>Moeda estrangeira:</b>							
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação de US\$ 21.099 mil	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	05/11/2012	-	6.563	39.578	32.605
Financiamento de US\$ 9.205 mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 5,7% a.a.	15/10/2017	3.566	2.316	17.267	18.763
Empréstimo de capital de giro de US\$ 1.400mil	Badlar	9,7% a.a.	30/06/2016	-	-	2.626	6.423
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2015	1.541	1.455	3.926	5.664
				<b>235.381</b>	<b>227.063</b>	<b>474.049</b>	<b>386.823</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Moeda nacional:</b>							
FINAME	TJLP	5,0% a.a.	15/12/2016	-	-	22.896	-
FINEP	TJLP	1,0% a 5,25% a.a.	15/12/2018	61.092	41.732	100.166	75.576
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a 4,0% a.a.	28/02/2021	-	535	51.568	26.986
BNDES	URTJLP / TJLP	2,0% a 4,5% a.a.	16/01/2018	123.107	95.073	212.900	206.540
BNDES	Taxa Fixa	4,5% a 9,0% a.a.	15/11/2013	340.318	361.360	500.977	548.411
<b>Moeda estrangeira:</b>							
Adiantamentos de contratos de câmbio de pré-pagamento de exportação. US\$ 51.479 mil	Varição cambial + Libor	0,8% a 1,8% a.a.	05/11/2012	-	1.041	-	1.041
Financiamento de US\$ 9.161mil	Varição cambial + Libor	2,0% a 5,7% a.a.	15/10/2017	36.268	38.485	96.564	59.827
Empréstimo de capital de giro de US\$ 9.161mil	Badlar	9,7% a.a.	30/06/2016	-	-	17.184	10.220
BNDES	UMBDES / Varição Cambial	1,9% a 2,5% a.a.	15/01/2015	3.184	10.398	7.384	27.898
				<b>563.969</b>	<b>548.624</b>	<b>1.009.639</b>	<b>956.499</b>
<b>Total de empréstimos sujeitos a juros</b>				<b>799.350</b>	<b>775.687</b>	<b>1.483.688</b>	<b>1.343.322</b>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$ 248.852 (R\$ 234.971 em 31 de dezembro de 2010), hipoteca no valor de R\$ 20.829 (R\$ 20.829 em 31 de dezembro de 2010); bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$ 70.603 (R\$ 54.867 em 31 de dezembro de 2010); notas promissórias e carta fiança no valor de R\$ 85.265 (R\$ 66.595 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC, e os contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2011 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

### Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros entre 3% a.a. e 4% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado,

apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado é no valor de R\$ 68.468 (R\$ 86.747 em 31 de dezembro de 2010).

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

A Companhia classifica esta operação como um financiamento para capital de giro, com juros e prazos subsidiados.

#### Fundopem/RS - Nosso Emprego

A controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. obteve do governo do Estado do Rio Grande do Sul, incentivo fiscal vinculado à geração de empregos, denominado Fundopem Nosso Emprego, em agosto de 1998, encerrado em novembro de 2010.

A Empresa calculou o valor do benefício de acordo com regras especificadas no protocolo 18/98, na Lei nº 11.028/97 e demais legislações pertinentes, como a Resolução Normativa nº 40/97. A estrutura do cálculo foi baseada na Instrução Normativa DRP nº 45/98, título 1, capítulo V, item 6.0. A planilha utilizada para o cálculo era submetida mensalmente à análise do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP).

Seguindo orientações da Lei nº 11.638/07 e CPC 07, a controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., registrou até o seu encerramento ocorrido em 30 de novembro de 2010, a título de incentivo o montante de R\$ 11.762.

#### **Fontes de Liquidez adicional**

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

##### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

##### **iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não se aplica.

##### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

##### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados.

IRFS 2011	IFRS 2010	□%	BRGAAP 2009
--------------	--------------	----	----------------

<b>Receita Bruta Total</b> sem eliminações	6.384.994	5.594.055	14,1%	3.703.828
<b>Receita Líquida Consolidada</b>	4.156.396	3.718.972	11,8%	2.469.544
<b>Lucro Bruto Consolidado</b>	1.018.893	906.604	12,4%	578.187
<b>Lucro Líquido Consolidado</b>	269.149	249.493	7,9%	138.950
<b>Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consolidado</b>	469.195	459.284	2,2%	243.632
<b>EBITDA Consolidado</b>	556.658	541.388	2,8%	300.841
<b>Endividamento Financeiro Líquido Consolidado</b>	383.529	70.930	440,7%	184.836
<b>Resultado Financeiro Líquido Consolidado</b>	60.038	13.767	336,1%	36.012
<i>Receitas Financeiras</i>	258.227	166.484	55,1%	184.118
<i>Despesas Financeiras</i>	(198.189)	(152.717)	29,8%	(148.106)
<b>Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas</b>	(503.917)	(409.856)	22,9%	(327.901)
<b>Lucro Consolidado por Ação</b>	1,12	1,04	7,7%	0,86

Valores em  
R\$ Mil

Relativo ao exercício de 2011, os indicadores que apresentaram maior variação foram os seguintes:

- Endividamento Financeiro Líquido Consolidado: a variação deste indicador foi de 440,7% (R\$ 70,9 milhões em 31/12/2010 para R\$ 383,5 milhões em 31/12/2011). Este incremento é explicado pontualmente por dois fatores. O primeiro, referente à variação do capital de giro, influenciada pela alteração/implementação de novo ERP na Companhia e suas Controladas, no exercício de 2011. Embora dentro do esperado, em processos similares percebesse por momentos distintos uma piora nas contas de estoques e fluxo de recebimentos. A Administração acredita que ao longo do próximo exercício, e com a estabilização do processo de implementação do novo ERP, o uso do capital de giro deva retornar aos padrões normais da Companhia. Além da variação do capital de giro, a Companhia também tomou mais empréstimos ao longo do ano com o objetivo de financiar suas operações de curto prazo relacionadas ao mercado externo (em evidência no 1.b).

- Resultado Financeiro Líquido Consolidado: O volume de dívida tomada pela Empresa foi suficiente para complementar sua geração de caixa em suas obrigações e devido ao perfil da dívida ser de baixo custo, permitiu que houvesse Resultado Financeiro positivo de R\$ 60 milhões (336% superior ao ano seguinte). Este indicador foi excepcional neste exercício e deve reduzir sua importância à medida que a Companhia honre suas obrigações relativas ao pagamento de dívidas e também pela redução das taxas de juros no país (que determinam a remuneração das aplicações financeiras da Companhia).

## 10.2. Comentários dos Administradores

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

### a. Resultados das operações do emissor:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita



## ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

### Receitas

A receita bruta total (sem eliminação das vendas entre as empresas) alcançou R\$ 6,4 bilhões em 2011, um crescimento de 14,1% sobre 2010 (R\$ 5,6 bilhões). Em 2009 foi de R\$ 3,7 bilhões).

A receita líquida consolidada no exercício de 2011 fechou em R\$ 4,2 bilhões, 11,8% mais que no período de 2010 de R\$ 3,7 bilhões. Em 2009 o indicador encerrou em R\$ 2,5 bilhões.

### Composição da Receita Líquida Consolidada JAN-DEZ/2011

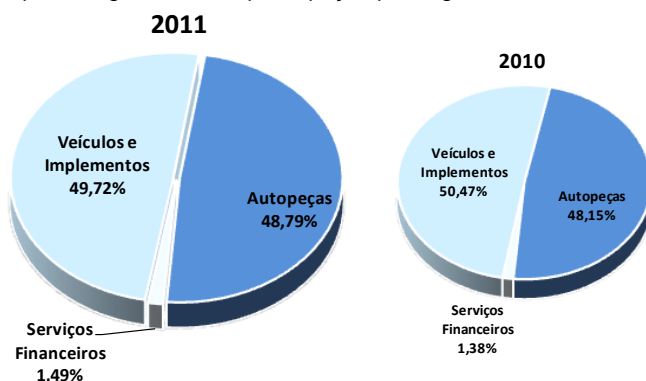
As vendas entre empresas representaram 16,9% da receita líquida total contra 15,7% do ano anterior.

### Distribuição da Receita por Segmento

	2011				2010	
	RECEITA LÍQUIDA	VENDA ENTRE EMPRESAS	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA	RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA	% S/ RECEITA
Randon S.A. Impl. e Participações (Controladora)	1.850.902	306.340	1.544.562	37,2%	1.346.625	36,2%
Randon Impl. p/o Transporte Ltda.	490.921	42.258	448.663	10,8%	476.608	12,8%
Randon Brantech Ltda	2.766	0	2.766	0,1%	-	0,0%
Randon Argentina S.A.	70.843	0	70.843	1,7%	53.871	1,4%
Escritórios Internacionais	2.230	2.230	-	0,0%	-	-
<b>VEÍCULOS E IMPLEMENTOS</b>	<b>2.417.662</b>	<b>350.828</b>	<b>2.066.834</b>	<b>49,7%</b>	<b>1.877.104</b>	<b>50,5%</b>
Master Sist. Automotivos Ltda.	524.030	106.613	417.417	10,0%	340.875	9,2%
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	236.013	56.576	179.437	4,3%	156.869	4,2%
Fras-Le S.A. (Consolidado)	545.586	37.373	508.213	12,2%	483.105	13,0%
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	1.168.437	245.575	922.862	22,2%	808.564	21,7%
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	49.936	50.110	(174)	0,0%	1.155	0,0%
<b>AUTOPEÇAS</b>	<b>2.524.002</b>	<b>496.247</b>	<b>2.027.755</b>	<b>48,8%</b>	<b>1.790.568</b>	<b>48,1%</b>
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	55.562	0	55.562	1,3%	48.382	1,3%
Randon Investimentos Ltda.	6.245	0	6.245	0,2%	2.918	-
<b>SERVIÇOS FINANCEIROS</b>	<b>61.807</b>	<b>0</b>	<b>61.807</b>	<b>1,5%</b>	<b>51.300</b>	<b>1,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.003.471</b>	<b>847.075</b>	<b>4.156.396</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.718.972</b>	<b>100,0%</b>

Valores em R\$ Mil

Em 2011, houve crescimento no desempenho em todos os segmentos de atuação, com uma variação pouco significativa na participação por segmento.



O lucro líquido consolidado em 2009 atingiu R\$ 138,9 milhões. O montante representou margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,6%.

O lucro líquido consolidado em 2010 atingiu R\$ 249,5 milhões no exercício ou 84,6% mais que o ano de 2009. Isto representou um aumento da margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,5% no ano anterior para 6,7% em 2010.

O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 269,1 milhões no exercício ou 7,9% mais que o ano de 2010. Isto representou uma queda da margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 6,7% no ano anterior para 6,5% em 2011.

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

#### **2009**

##### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos representou 76,59% da receita líquida consolidada ou R\$ 1,9 bilhão no exercício de 2009 contra R\$ 2,2 bilhões referentes ao mesmo período de 2008 e que representou 72,8% da receita líquida.

##### **Lucro Bruto**

O lucro bruto chegou a R\$ 578,2 milhões no acumulado de 2009 e representou 23,4% da receita líquida consolidada, uma queda de 30,6% em relação ao mesmo período de 2008, quando o lucro bruto totalizou R\$ 833,7 milhões ou 27,2% da receita líquida consolidada.

##### **Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)**

As despesas operacionais em 2009 representaram 13,5% sobre a receita líquida consolidada contra 12,4% no ano de 2008, ficando em R\$ 334,6 milhões (R\$ 380,4 milhões em 2008). Este acréscimo em termos percentuais está relacionado à redução mais do que proporcional na receita no período.

##### **Geração Bruta de Caixa (EBITDA)**

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 300,8 milhões ou 12,2% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 520,8 milhões ou 17,0% sobre a receita líquida. As margens de lucro apresentaram queda em virtude da baixa economia de escala, com descolamento das despesas fixas da redução das receitas, baixo poder de barganha em virtude do atual momento econômico e com vistas a aumentar a participação de mercado.

#### **2010**

##### **Custo dos Produtos Vendidos**

O custo dos produtos vendidos representou 75,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 2,8 bilhões no exercício de 2010 contra R\$ 1,9 bilhão referentes ao mesmo período de 2009 e que representou 77,3% da receita líquida.

##### **Lucro Bruto**

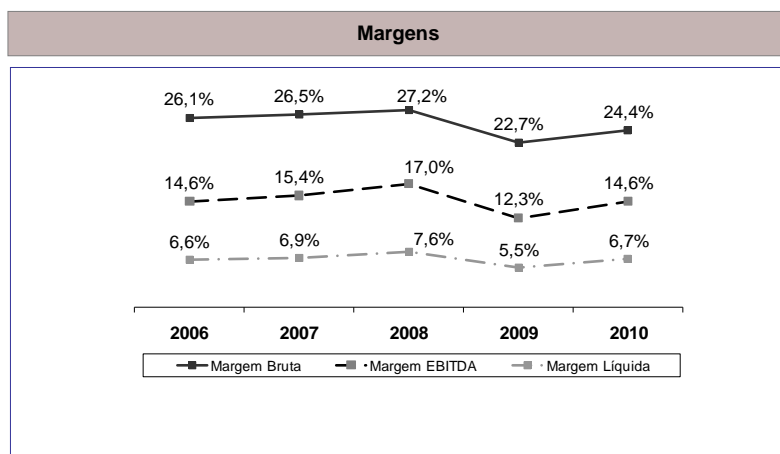
O lucro bruto chegou a R\$ 906,7 milhões no acumulado de 2010 e representou 24,4% da receita líquida consolidada, uma alta de 61,4% em relação ao mesmo período de 2009, quando o lucro bruto totalizou R\$ 561,7 milhões ou 22,7% da receita líquida consolidada.

### Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2010 representaram 12,0% sobre a receita líquida consolidada contra 13,6% no ano de 2009, ficando em R\$ 447,3 milhões (R\$ 334,7 milhões em 2009). Esta queda em termos percentuais está motivada principalmente pelo crescimento da receita no período.

### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 541,4 milhões ou 14,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2009 havia registrado R\$ 297,4 milhões ou 12,0% sobre a receita líquida. A redução do capital de giro e a melhoria nas margens de lucro geradas pela economia de escala proveniente do desempenho da receita no período são os fatores principais desta boa performance.



Obs: Para cálculo do EBITDA a partir de 2009 foi considerada a Orientação OCPC02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis 2008 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseado na Lei 11.638/07 das Sociedades Anônimas, no que diz respeito a lançamento do resultado não operacional (R\$ 2,0 milhões positivo em 2008) e que agora classifica esta rubrica juntamente com a de receitas/despesas operacionais.

## 2011

### Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 75,5% da receita líquida consolidada ou R\$ 3,1 bilhões no exercício de 2011 contra R\$ 2,8 bilhões referentes ao mesmo período de 2010 e que representou 75,6% da receita líquida. Apesar do percentual não ter apresentado grandes variações em termos acumulados, no quarto trimestre, vários fatores, dentre eles, ajustes e despesas por conta de implantação de novo sistema de gestão (SAP) – em torno de R\$ 12 milhões - eficiência abaixo das expectativas por conta de novas contratações e represamento de receitas por conta de dificuldades no processo de financiamento em algumas linhas de produtos geraram elevação dos custos fixos, afetando diretamente os custos dos produtos.

### Lucro Bruto

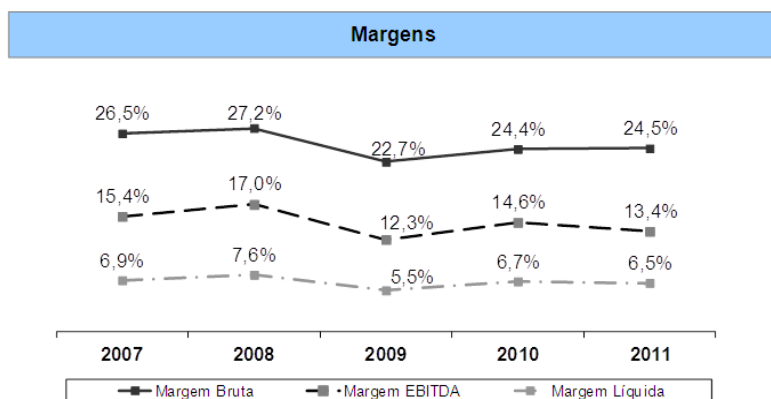
O lucro bruto chegou a R\$ 1,0 bilhão no acumulado de 2011 e representou 24,5% da receita líquida consolidada, uma alta de 12,4% em relação ao mesmo período de 2010, quando o lucro bruto totalizou R\$ 906,6 milhões ou 24,4% da receita líquida consolidada.

#### Despesas Operacionais (Administrativas /Comerciais /Outras)

As despesas operacionais em 2011 representaram 13,2% sobre a receita líquida consolidada contra 12,0% no ano de 2010, ficando em R\$ 549,7 milhões (R\$ 447,3 milhões em 2010). Este aumento em termos percentuais pode ser observado principalmente nas despesas comerciais, onde as rubricas de fretes tiveram acréscimo considerável, devido aumentos que variaram em torno de 14%. As comissões, mais especificamente no mercado interno, tiveram uma representatividade maior no conjunto destas despesas. Também chama atenção, no âmbito das despesas comerciais, o aumento nos custos mercadológicos, onde a despesas com feiras cresceu relativamente em 2011, motivada principalmente pelo evento da Fenatran (Feira Nacional dos Transportes), que acontece a cada dois anos.

#### Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 556,7 milhões ou 13,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2010 havia registrado R\$ 541,4 milhões ou 14,6% sobre a receita líquida. O aumento das despesas operacionais no período, conforme comentado em capítulo anterior e os ajustes comentados no capítulo do Custo dos Produtos Vendidos, contribuíram para essa redução de margem.



#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 35,4 milhões negativos em 2008, para R\$ 36,0 milhões positivos em 2009. A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2008 era de R\$ 333,2 milhões, reduziu para R\$ 184,8 milhões no final de dezembro de 2009, o equivalente a um múltiplo de 0,6 do EBITDA. A redução no nível de investimentos e inversão dos resultados nas operações financeiras de derivativos passando de negativos para positivos foram os principais fatores desta mudança.

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 39,8 milhões positivos em 2009, para R\$ 13,8 milhões também positivos em 2010.

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2009 era de R\$ 184,8 milhões, reduziu para R\$ 70,9 milhões no final de dezembro de 2010, o equivalente a um múltiplo de 0,13 do EBITDA. A redução no nível de investimentos e inversão dos resultados

nas operações financeiras de derivativos passando de negativos para positivos e taxa de câmbio foram os principais fatores desta mudança.

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 13,8 milhões positivos em 2010, para R\$ 60,0 milhões também positivos em 2011.

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2010 era de R\$ 70,9 milhões, aumentou para R\$ 383,5 milhões no final de dezembro de 2011, o equivalente a um múltiplo de 0,69 do EBITDA. O crescimento dos investimentos, do capital de giro e aumento da taxa de câmbio foram os principais fatores deste acréscimo.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os itens metálicos (aço, fundidos, forjados, alumínio e outros) são os principais insumos custo de produção da Companhia. Os preços destes insumos têm mantido trajetória estável nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais não vem afetando as margens da Companhia.

No lado oposto, a inflação de mão de obra, que representa cerca de 11% do custo de produção da Randon, teve comportamento de elevação nos últimos exercícios, acima da inflação oficial medida pelo governo. A Companhia tem imprimido ritmo de investimentos voltados à busca de eficiência e, quando oportuno, automatizado processos, com o objetivo de preservar suas margens e sua competitividade.

As exportações das Empresas Randon representaram 11,9% da receita líquida consolidada em 2011. As vendas consolidadas para o exterior no exercício de 2011 totalizaram US\$ 294,4 milhões. Uma das preocupações nas vendas para o mercado externo está ligada a variação câmbio. A Companhia adota postura conservadora na contratação de *hedges* cambiais e ajusta suas operações e negócios no exterior (preço, produção e custos) com o objetivo de manter suas operações competitivas.

Conforme já comentado, as variações da taxas de juros influenciam a capacidade de investimentos dos clientes da Companhia, bem como os custos de seus empréstimos e a remuneração das aplicações financeiras. Contudo, a regularidade da economia brasileira permite planejamento prévio nos aspectos mencionados e adequações no curso dos negócios sem impactos relevantes na operação.

## **10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há.

### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Conforme deliberado na Assembléia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2009, foi aprovada a incorporação da controlada direta Randon Veículos Ltda. A incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

Os montantes incorporados estão assim sumariados (em R\$ milhões):

Ativo circulante	60.020
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo	315
Ativo permanente	2.051
Passivo circulante	(17.015)
Exigível a longo prazo	(809)
Acervo líquido incorporado	<u>44.562</u>

O acervo líquido incorporado inclui o resultado apurado no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2009, assim demonstrado:

Receita líquida de vendas	40.613
Custos dos serviços	(30.138)
Despesas operacionais	(5.352)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(450)
Imposto de renda e contribuição social	(1.038)
Lucro líquido do período	<u>3.635</u>

Conforme já mencionado, a decisão da incorporação desta unidade foi fundamentada na economia fiscal e nos ganhos de sinergia das operações. Contudo, as variações de mercado e o comportamento do mix de produtos vendidos podem variar os ganhos previstos. Por tratar-se de uma operação industrial bastante pequena, respondendo por menos de 5% do lucro líquido do último exercício, a incorporação não promoveu mudanças significativas nas demonstrações financeiras da Companhia (com exceção das já demonstradas acima).

#### **Constituição de empresa controlada**

Em 28 de setembro de 2009, foi registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul mais uma sociedade controlada, a Randon Investimentos Ltda., da qual a Companhia é detentora de 99,9960% do Capital Social, cuja integralização foi mediante a transferência de recursos financeiros em moeda corrente nacional, no valor de R\$ 25 milhões, na data de 30 de outubro de 2009.

A referida controlada tem por objeto, exclusivamente, a participação em outras sociedades que se caracterizem por serem instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta é uma etapa para a constituição do Banco Randon S/A, o qual obteve autorização do Banco Central para dar andamento aos atos societários de sua constituição em 06 de agosto de 2009.

O Banco Randon é parte do braço financeiro da Companhia e também atua como suporte às vendas, com financiamento direcionado a clientes e fornecedores das Empresas Randon. A iniciativa de criação de uma instituição financeira surgiu a partir da percepção da tendência pela instalação de instituições financeiras de "nicho" de mercado, montantes expressivos na conta clientes elevando o capital de giro, oportunidade de economia fiscal, experiência com gestão de crédito a clientes via administração de consórcios, alavancagem das empresas do grupo e possível retorno atrativo.

Com o crescimento das operações do Banco, indicadores relativos ao endividamento da Companhia deverão possuir variações e serão oportunamente comunicadas aos agentes de mercado.

#### **Aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda.**

Em 31.10.2011 a Randon S.A. Implementos e Participações firmou contrato para aquisição da empresa Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda., de Chapecó (SC), fabricante de semirreboques, que passou a denominar-se Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. A transação faz parte da estratégia de crescimento da Randon, que planeja a duplicação de seu faturamento em cinco anos.

Com cerca de 60 funcionários e um faturamento, em 2010, de R\$ 25 milhões, a Folle é uma empresa que teve origem no ramo de transportes e, atualmente, tem capacidade de fabricar 30 unidades/mês. A aquisição está alinhada com a estratégia da Randon de destinar investimentos para o fortalecimento de segmentos específicos, em pólos regionais, visando consolidar ainda mais a presença do grupo no mercado doméstico.

Os planos específicos para a unidade estão relacionados à concentração das operações de veículos rebocados frigorificados nesta unidade e conseqüente abertura de capacidade na Controladora para atender outros mercados.

A Companhia não espera efeitos ou ajustes relevantes derivados da operação de aquisição dessa empresa no curto prazo, uma vez que a receita bruta total da empresa adquirida é inferior a 1% da receita bruta total consolidada do grupo em 2011.

#### **Aquisição da Freios Controlil Ltda.**

Em 01.12.2011, a controlada Fras-le S.A, sediada em Caxias do Sul (RS), anunciou a aquisição da sociedade Freios Controlil Ltda., localizada em São Leopoldo, na grande Porto Alegre (RS) e que atua na fabricação de autopeças, componentes para freios e soluções para polímeros automotivos. O valor da transação foi de R\$ 10 milhões, sujeito a ajustes, e a Fras-le assume, ainda, a integralidade da dívida da Empresa, de aproximadamente R\$ 49 milhões. A Fras-le assumiu efetivamente o controle e gestão da Controlil no dia 1º de janeiro de 2012. Ao adquirir a Freios Controlil, a Fras-le reforça seu objetivo estratégico de crescer de maneira sustentável e ser uma empresa global com faturamento de R\$ 1,0 bilhão, em 2013.

A Companhia não espera efeitos ou ajustes relevantes derivados da operação acima mencionada, sendo que os números dessa empresa indiretamente controlada passarão a ser consolidados por sua controlada Fras-le S.A. a partir do exercício de 2012.

#### **c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

### **10.4. Os diretores devem comentar**

#### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

#### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as

normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Certos valores dos saldos patrimoniais de 2010, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados, para adequá-los às respectivas transações no exercício de 2011.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 30 de janeiro de 2012.

A reconciliação do patrimônio líquido e do resultado, bem como a descrição dos efeitos de transição das práticas contábeis brasileiras anteriormente adotadas no Brasil para o CPC/IFRS estão demonstradas a seguir:

#### **Adoção inicial dos CPCs e IFRS**

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs e IFRS para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs e IFRS. Esta nota, explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para rerepresentar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial anteriormente publicado, preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e IFRS, e foram preparadas em conformidade com o CPC 37 e 43 e com o IFRS1.

As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com os CPCs e foram apresentadas em conformidade com o CPC 37 e 43.

A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

A Companhia levou em consideração as previsões da Deliberação CVM 656/11, no que se refere à apresentação de certas informações contidas nas informações trimestrais (ITRs), de 2010 apresentadas anteriormente, e que já incluíam os ajustes requeridos em formato comparativo com 2009.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou algumas isenções opcionais e algumas exceções de aplicação retrospectiva.

Exceções de aplicação retrospectiva



### Estimativas

As estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 1º de janeiro de 2009 são consistentes com as estimativas registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente.

### Isenções adotadas

#### a) *Custo atribuído:*

A Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado (terrenos, edificações e certas máquinas e equipamentos) ao valor justo na data de transição (1º de janeiro de 2009). O laudo de avaliação dos bens foi realizado por Empresa especializada, que determinou o seu valor justo em R\$ 349.369 na controladora e R\$ 1.118.571 no consolidado, um aumento de R\$ 103.262 na controladora e R\$ 276.265 no consolidado, registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Os efeitos decorrentes da adoção do valor justo para esses ativos, em 1º de janeiro de 2009, foram:

	Controladora			Consolidado		
	01/01/2009 Publicado	Ajuste do custo atribuído	01/01/2009 reapresentado	01/01/2009 Publicado	Ajuste do custo atribuído	01/01/2009 reapresentado
Terrenos e prédios	97.942	91.652	<b>189.594</b>	219.271	178.195	<b>397.466</b>
Máquinas e equipamentos	148.165	11.610	<b>159.775</b>	623.035	98.070	<b>721.105</b>
	<b>246.107</b>	<b>103.262</b>	<b>349.369</b>	<b>842.306</b>	<b>276.265</b>	<b>1.118.571</b>

#### a) Benefício a empregados:

De acordo com as avaliações da Companhia, foi aplicada a isenção prevista em relação à contabilização de benefícios pós-emprego a empregados e registrados os ganhos e perdas atuariais e os custos dos serviços passados não reconhecidos até a data de transição, na conta de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Esses ganhos e perdas atuariais na data da transição foram calculados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 33 Benefícios a empregados. Os ganhos e perdas atuariais apurados em período subsequente à data de transição foram reconhecidos via outros resultados abrangentes. Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, não existem ativos e passivos a serem reconhecidos na data de transição.

### Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anteriormente apresentadas

Em conformidade ao CPC 37 R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e resultado abrangente, da Controladora e Consolidado, dos exercícios tornados públicos anteriormente nas informações anuais referente aos períodos de 01.01.2009 (data de transição) e 31.12.2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

Balanco patrimonial controladora

	Nota	31/12/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	01/01/2009 Ajustado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		70.452	-	70.452	16.499	-	16.499
Financiamentos e empréstimos		34.173	-	34.173	107.826	-	107.826
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	5.811	-	5.811
Adiantamentos de clientes		29.201	-	29.201	34.998	-	34.998
Clientes por mercadoria a entregar		12.679	-	12.679	16.789	-	16.789
Impostos e contribuições		7.174	-	7.174	10.582	-	10.582
Salários e encargos		15.245	-	15.245	9.108	-	9.108
Dividendos		12.158	-	12.158	34.359	-	34.359
Juros sobre o capital próprio		14.578	-	14.578	17.600	-	17.600
Participações dos empregados e Administradores		11.535	-	11.535	15.723	-	15.723
Impostos diferidos	(a)	34	(34)	-	298	(298)	-
Comissões		8.038	-	8.038	6.589	-	6.589
Partes relacionadas		3.818	-	3.818	3.353	-	3.353
Outras contas	(c)	11.384	2.676	14.060	17.868	-	17.868
		<u>230.469</u>	<u>2.642</u>	<u>233.111</u>	<u>297.403</u>	<u>(298)</u>	<u>297.105</u>
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		337.517	-	337.517	192.658	-	192.658
Impostos e contribuições		2.492	-	2.492	751	-	751
Partes relacionadas		51.834	-	51.834	33.405	-	33.405
Impostos diferidos	(a, e)	2.444	37.904	40.348	726	38.542	39.268
Provisão para litígios	(i)	5.301	800	6.101	6.730	1.010	7.740
Outras contas	(c)	2.084	1.123	3.207	3.084	1.124	4.208
		<u>401.672</u>	<u>39.827</u>	<u>441.499</u>	<u>237.354</u>	<u>40.676</u>	<u>278.030</u>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		406.000	-	406.000	400.000	-	400.000
Reservas de capital		55	-	55	-	-	-
Reservas de lucros	(c, d, e, f)	471.562	(7.989)	463.573	378.029	(10.296)	367.733
Reserva de reavaliação		8.002	(8.002)	-	8.047	(8.047)	-
Ajustes acumulados de conversão		(870)	870	-	2.839	(2.839)	-
Resultado abrangente	(b, d, e, j)	-	132.065	132.065	-	139.351	139.351
Total da participação dos controladores		<u>884.749</u>	<u>116.944</u>	<u>1.001.693</u>	<u>788.915</u>	<u>118.169</u>	<u>907.084</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.516.890</u>	<u>159.413</u>	<u>1.676.303</u>	<u>1.323.672</u>	<u>158.547</u>	<u>1.482.219</u>

## Balço patrimonial consolidado

	Nota	31/12/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	01/01/2009 Ajustado
<b>Ativo</b>							
<b>Circulante</b>							
Disponibilidades		616.659	-	616.659	316.372	-	316.372
Aplicações de liquidez não imediate		68.513	-	68.513	32.222	-	32.222
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	320	-	320
Clientes		418.509	-	418.509	420.675	-	420.675
Estoques		327.028	-	327.028	376.237	-	376.237
Impostos a recuperar		112.767	-	112.767	80.622	-	80.622
Despesas antecipadas		3.086	-	3.086	2.699	-	2.699
Impostos diferidos	(a)	32.828	(32.828)	-	42.456	(42.456)	-
Direitos por recursos de consórcios		39.280	-	39.280	30.574	-	30.574
Outras contas		12.030	-	12.030	13.758	-	13.758
		<u>1.630.700</u>	<u>(32.828)</u>	<u>1.597.872</u>	<u>1.315.935</u>	<u>(42.456)</u>	<u>1.273.479</u>
<b>Não circulante</b>							
<b>Realizável a longo prazo</b>							
Cotas de consórcios		24.656	-	24.656	25.812	-	25.812
Impostos diferidos	(a, e)	12.265	37.245	49.510	5.556	46.061	51.617
Impostos a recuperar		26.532	-	26.532	50.730	-	50.730
Depósitos judiciais	(i)	8.013	1.648	9.661	7.389	3.022	10.411
Ativos biológicos	(m)	-	5.625	5.625	-	5.761	5.761
Outras contas	(d)	16.781	4.292	21.073	17.873	141	18.014
		<u>88.247</u>	<u>48.810</u>	<u>137.057</u>	<u>107.360</u>	<u>54.985</u>	<u>162.345</u>
Investimentos Imobilizado	(b, m, f)	44.557	-	44.557	39.053	-	39.053
Intangível		770.252	261.380	1.031.632	726.574	272.696	999.270
Diferido	(l)	31.297	-	31.297	12.773	-	12.773
		<u>12.177</u>	<u>(12.177)</u>	<u>-</u>	<u>14.069</u>	<u>(14.069)</u>	<u>-</u>
		<u>858.283</u>	<u>249.203</u>	<u>1.107.486</u>	<u>792.469</u>	<u>258.627</u>	<u>1.051.096</u>
		<u>2.577.230</u>	<u>265.185</u>	<u>2.842.415</u>	<u>2.215.764</u>	<u>271.156</u>	<u>2.486.920</u>

	Nota	31/12/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Publicado	Efeitos na transição para o IFRS/CPC	01/01/2009 Ajustado
<b>Passivo</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores		146.134	-	146.134	71.082	-	71.082
Financiamentos e empréstimos		166.699	-	166.699	225.231	-	225.231
Instrumentos financeiros derivativos		43	-	43	27.372	-	27.372
Adiantamentos de clientes		34.377	-	34.377	43.857	-	43.857
Clientes por mercadoria a entregar		19.167	-	19.167	20.704	-	20.704
Impostos e contribuições		23.144	-	23.144	25.961	-	25.961
Salários e encargos		44.319	-	44.319	34.884	-	34.884
Dividendos		15.765	-	15.765	46.531	-	46.531
Juros sobre o capital próprio		22.359	-	22.359	26.640	-	26.640
Participações dos empregados e Administradores		29.151	-	29.151	34.531	-	34.531
Impostos diferidos	(a)	277	(277)	-	3.152	(3.152)	-
Imposto de renda e contribuição Social		1.844	-	1.844	1.826	-	1.826
Obrigações por recursos de consorciados		39.280	-	39.280	30.574	-	30.574
Comissões		12.275	-	12.275	10.408	-	10.408
Partes relacionadas		5.498	-	5.498	10.920	-	10.920
Outras contas	(c)	26.357	4.184	30.541	33.710	373	34.083
		<b>586.689</b>	<b>3.907</b>	<b>590.596</b>	<b>647.383</b>	<b>(2.779)</b>	<b>644.604</b>
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos e empréstimos		703.266	-	703.266	429.516	-	429.516
Impostos e contribuições		7.124	-	7.124	11.285	-	11.285
Partes relacionadas		56.599	-	56.599	34.254	-	34.254
Impostos diferidos	(a, e)	4.381	93.597	97.978	738	100.218	100.956
Provisão para litígios	(i)	11.100	1.648	12.748	9.693	3.022	12.715
Outras contas		1.751	-	1.751	3.795	-	3.795
		<b>784.221</b>	<b>95.245</b>	<b>879.466</b>	<b>489.281</b>	<b>103.240</b>	<b>592.521</b>
Participação de acionistas não controladores	(h)	322.181	(322.181)	-	291.619	(291.619)	-
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		406.000	-	406.000	400.000	-	400.000
Reservas de capital		55	-	55	-	-	-
Reservas de lucros	(c,d,e,f)	470.952	(7.379)	463.573	376.595	(8.862)	367.733
Reserva de reavaliação		8.002	(8.002)	-	8.047	(8.047)	-
Ajustes acumulados de conversão		(870)	870	-	2.839	(2.839)	-
Resultado abrangente	(b,d,e,j,l)	-	132.065	132.065	-	139.351	139.351
Total da participação dos controladores		<b>884.139</b>	<b>117.554</b>	<b>1.001.693</b>	<b>787.481</b>	<b>119.603</b>	<b>907.084</b>
Participação de acionistas não controladores		-	370.660	370.660	-	342.711	342.711
Total do patrimônio líquido		<b>884.139</b>	<b>488.214</b>	<b>1.372.353</b>	<b>787.481</b>	<b>462.314</b>	<b>1.249.795</b>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>2.577.230</b>	<b>265.185</b>	<b>2.842.415</b>	<b>2.215.764</b>	<b>271.156</b>	<b>2.486.920</b>

## Demonstração do resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Nota	BRGAAP anterior publicado	Controladora Efeitos de transição	CPC/IFRS ajustado	BRGAAP anterior publicado	Consolidado Efeitos de transição	CPC/IFRS ajustado
Receita operacional líquida	(k)	994.351	2.374	996.725	2.469.544	-	2.469.544
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(c,d,g,k,l)	(813.173)	(6.573)	(819.746)	(1.891.357)	(16.494)	(1.907.851)
Lucro bruto		181.178	(4.199)	176.979	578.187	(16.494)	561.693
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas		(79.484)	-	(79.484)	(205.562)	-	(205.562)
Administrativas e gerais		(41.585)	-	(41.585)	(113.188)	-	(113.188)
Honorários da administração		(4.284)	-	(4.284)	(9.151)	-	(9.151)
Resultado de equivalência patrimonial	(j)	93.770	(2.691)	91.079	-	-	-
Despesas financeiras	(f)	(71.709)	2.498	(69.211)	(148.106)	3.763	(144.343)
Receitas financeiras		80.471	-	80.471	184.118	-	184.118
Outras (despesas) receitas líquidas	(m)	(4.456)	(135)	(4.591)	(6.654)	(135)	(6.789)
		<b>(27.277)</b>	<b>(328)</b>	<b>(27.605)</b>	<b>(298.543)</b>	<b>3.628</b>	<b>(294.915)</b>
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias		153.901	(4.527)	149.374	279.644	(12.866)	266.778
Imposto de renda e contribuição social	(e)	(11.774)	1.559	(10.215)	(63.098)	5.796	(57.302)
Participação dos administradores nos lucros		(4.001)	-	(4.001)	(7.970)	-	(7.970)
Lucro líquido antes das participações de acionistas não controladores		138.126	(2.968)	135.158	208.576	(7.070)	201.506
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	(69.626)	3.278	(66.348)
Lucro líquido do exercício		<b>138.126</b>	<b>(2.968)</b>	<b>135.158</b>	<b>138.950</b>	<b>(3.792)</b>	<b>135.158</b>

## Lucro líquido e patrimônio líquido da Companhia

	Nota	Controladora		
		Lucro líquido	Patrimônio líquido	
		31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
Saldos do BRGAAP anteriormente publicado		138.126	884.749	788.915
Valor atribuído do imobilizado	(b)	-	103.262	103.262
Valor atribuído do ativo biológico	(m)	-	2.193	2.193
Resultado abrangente nas controladas	(j)	(2.690)	51.033	53.334
Baixa do ativo diferido	(l)	248	(923)	(1.171)
Lucro não realizado (descendente) nos estoques	(k)	1.247	198	(1.049)
Lucro não realizado ativo imobilizado	(k)	-	(1.123)	(1.123)
Depreciação	(g)	(2.664)	(2.664)	-
Venda do ativo biológico	(m)	(136)	(136)	-
Provisão desvinculo	(c)	(2.676)	(2.676)	-
Avaliação atuarial	(d)	(354)	1.698	-
Despesas financeiras	(f)	2.498	2.498	-
Impostos diferidos	(e)	1.559	(36.416)	(37.277)
Saldos reapresentados		135.158	1.001.693	907.084

	Nota	Consolidado		
		Lucro líquido	Patrimônio líquido	
		31/12/2009	31/12/2009	01/01/2009
Saldos do BR GAAP anteriormente publicado		138.950	884.139	787.481
Valor atribuído do imobilizado	(b)	-	276.265	276.265
Valor atribuído do ativo biológico	(m)	-	2.192	2.192
Baixa do ativo diferido	(l)	-	(13.929)	(13.929)
Depreciação	(g)	(15.079)	(15.079)	-
Venda do ativo biológico	(m)	(136)	(136)	-
Baixa da amortização do ativo diferido	(l)	1.815	1.815	-
Provisão desvinculo	(c)	(3.811)	(4.184)	(373)
Avaliação atuarial	(d)	580	4.227	-
Despesas financeiras	(f)	3.763	3.763	-
Participação dos não controladores	(h)	3.278	322.181	291.619
Impostos diferidos	(e)	5.798	(88.901)	(93.460)
Saldos reapresentados		135.158	1.372.353	1.249.795

## Fluxos de caixa da Companhia - 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	BRGAAP anterior publicado	Ajustes de transição	CPC/IFRS Ajustado	BRGAAP anterior publicado	Ajustes de transição	CPC/IFRS Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	49.878	3.383	53.261	248.428	(176)	248.252
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(47.821)	(3.383)	(51.204)	(123.297)	176	(123.121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	37.857	-	37.857	300.287	-	300.287

- (a) Refere-se a reclassificação de imposto de renda e contribuição social diferidos, que no BRGAAP anterior os saldos foram apresentados no circulante e não circulante, conforme expectativa de realização, e na adoção dos CPCs e do IFRS foram integralmente reclassificados como não circulante;
- (b) A Companhia optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo denominado "custo atribuído", em 1º de janeiro de 2009, vide maiores detalhes na Nota 4.a;
- (c) Refere-se a provisão para desvinculo de funcionário quando de sua aposentadoria conforme política da Companhia que consiste em pagamento de 1,5 salário nominal na data da aposentadoria;
- (d) A adoção do pronunciamento técnico CPC33 - Benefício a Empregados originou o registro contábil de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários no ativo não circulante no montante de R\$ 1.698 em contra partida do patrimônio

líquido no valor de R\$ 2.052 e despesa no resultado do exercício no valor de R\$ 354, na controladora e no montante de R\$ 4.227 no ativo não circulante em contra partida de uma receita no patrimônio líquido no valor de R\$ 3.647 e receita no resultado do exercício no valor de R\$ 580, no consolidado;

- (e) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes necessários para a transição para os CPCs e IFRS;
- (f) Refere-se a reclassificação de juros sobre empréstimos relacionados com construções de ativos qualificáveis, registrados anteriormente como despesa financeira na demonstração do resultado. Pela adoção do pronunciamento técnico CPC20 – Custo de Empréstimos, a Companhia registrou o montante de R\$ 2.498 na controladora, e R\$ 3.763 no consolidado, no ativo imobilizado referente a custos de empréstimos relacionados com bens qualificáveis, em contra partida do resultado;
- (g) Refere-se ao cálculo da depreciação do exercício de 2009 no montante de R\$ 2.664 na controladora e R\$ 15.079 no consolidado, sobre o incremento ao valor do imobilizado, pela adoção do custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009;
- (h) Refere-se a participação de acionistas não controladores, que anteriormente, era destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado, imediatamente antes do grupo do patrimônio líquido. Pela adoção do CPC 36 (IAS 27), a participação de não controladores deve ser apresentada no patrimônio líquido das demonstrações consolidadas separada da participação dos controladores. O resultado deve ser atribuído aos controladores e aos não controladores mesmo que a participação dos não controladores tenha sido deficitária;
- (i) Refere-se a reclassificação de depósito judicial para o ativo não circulante, uma vez que conforme CPC 37 e IFRS 1, uma entidade não deve apresentar ativos e passivos e receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é de que no caso de depósitos judiciais uma entidade deve apresentar separadamente os ativos e passivos uma vez que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida;
- (j) Refere-se aos reflexos dos ajustes dos CPC's nas controladas;
- (k) Eliminação do lucro não realizado nos estoques de operações descendentes, conforme CPC 18 investimento em coligada e em controlada;
- (l) Até 31 de dezembro de 2009, conforme o BRGAAP vigente na época, a Companhia capitalizava os gastos pré-operacionais como ativo diferido. Os gastos pré-operacionais que não puderam ser atribuídos ao custo de imobilizado ou a formação de ativos intangíveis foram lançados como despesa. Desta forma o saldo da controladora de R\$ 1.171 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 923 em 31 de dezembro de 2009, bem com a amortização de R\$ 248, e no consolidado de R\$ 14.069 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 12.177 em 31 de dezembro de 2009, bem como a amortização de R\$ 1.815, reconhecidas no resultado de 2009, foram ajustadas para o resultado dos períodos;
- (m) Refere-se à reclassificação do saldo de reflorestamento (classificável como ativo biológico), que no BRGAAP anterior estavam apresentados no ativo permanente (imobilizado), e quando da adoção dos CPCs e do IFRS passaram a ser registrados no ativo não circulante. Os ativos biológicos da Companhia foram

mensurados a valor justo em 1º de janeiro de 2009, com base em laudo de perito especializado.

#### **Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informações financeiras do IASB)**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2011. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, entraram em vigor nos exercícios de 2010 e/ou 2009. A adoção não produziu impacto significativo nestas demonstrações financeiras, mas podem impactar a contabilização de transações ou contratos futuros:

- IAS 16 (ementa) - Ativo Imobilizado;
- IAS 19 (ementa) - Benefícios a Empregados;
- IAS 23 (ementa) - Custos de Empréstimos;
- IAS 32 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- IAS 38 (ementa) - Ativos Intangíveis;
- IAS 39 (ementa) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- IFRS 1 (ementa) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- IFRS 2 Pagamento Baseado em Ações;
- IFRS 3 Combinações de Negócios (revisada);
- IFRS 5 - Ativos Não Correntes Destinados à Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação;
- IFRIC 12 – Contratos de Concessão;
- IFRIC 13 – Programa de Fidelização de Clientes;
- IFRIC 17 – Distribuições de Ativos Não Monetários a Acionistas;
- IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes;
- IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital.

#### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houve.

**10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

##### Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

#### Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o direito de recebê-los está estabelecido.

#### **Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

##### i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

##### ii. Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominadas na moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.



### **Aplicação financeira de liquidez não imediata**

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.24. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

### **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.4i.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

### **Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **Cotas de consórcio**

Avaliado pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

## Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve perda sobre investimentos de controlada.

## Imobilizado

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	<u>Intervalo de vida útil</u>
Edificações	40 a 60 anos
Instalações	20 anos
Máquinas e equipamentos	6 a 19 anos
Ferramentas	3 a 10 anos
Veículos	7 a 15 anos
Móveis e utensílios	10 a 20 anos
Equipamentos de informática	4 a 8 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma

provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### *Custos de empréstimos*

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

#### **Arrendamentos mercantis**

##### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

##### Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de alugueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento

#### **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

**Intervalo de  
vida útil**

---

Software e licenças	5 anos
Direito de uso de subestação de energia	10 anos

Em 31 de dezembro de 2011, exceto pelo ágio gerado quando da aquisição da Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda., comentada na Nota 1, a Companhia não possuía outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Provisões

### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Tributação

### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- ..... As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 17%	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 20%	0 % a 20%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

#### **Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

#### **Outros benefícios a empregados**

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada – contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

#### **Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais

em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

### **Subvenções governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

### **Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

#### Mensuração subsequente



A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

#### *Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### *Investimentos mantidos até o vencimento*

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A partir de 2010 a sua Controlada Fras-le S.A. passou a utilizar o registro de derivativos como hedge accounting, classificados na modalidade de Hedge de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

- A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.
- Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.
- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.
- Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

#### **Informação por segmento**

As informações por segmento operacional são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

#### **10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:**

##### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Randon mantém uma estrutura de Auditoria Interna, buscando avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e compliance na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno

envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais frameworks de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Baseados em nosso conhecimento e nos trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras da Randon, informamos desconhecer aspectos que possam comprometer de maneira significativa a adequação das nossas demonstrações financeiras às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informamos, adicionalmente, que o relatório relativo aos controles internos da Companhia, que consolida também a análise associada à elaboração das Demonstrações Financeiras, ainda está em elaboração por parte da auditoria independente. Até o prazo final de atualização do Formulário de Referência teremos as informações relativas a esse ponto e completaremos os comentários apropriadamente.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

**10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**10.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2009 foram contabilizados R\$ 123,3 milhões em investimentos. O ano foi marcado pela conclusão de vários projetos do Plano Plurianual de Investimentos, para o período 2005/2009.

No 1T09, a Randon iniciou as operações do novo sistema de pintura E-coat. O processo recebeu investimentos de R\$ 70 milhões e incorpora aos produtos da Companhia diferencial competitivo relevante e inédito no setor. Já utilizando a nova pintura, e em comemoração aos 60 anos da empresa, foi lançada a nova Linha Graneleira Série 60 anos, com garantia diferenciada, de cinco anos, na pintura do chassi. O diferencial de tecnologia é importante argumento mercadológico no atual momento de mercado.

O ano de 2009 também foi marcado pela conclusão de dois grandes empreendimentos: O campo de Provas das Empresas Randon e o parque fabril da Castertech Tecnologia e Fundação, mais nova controlada do conglomerado e que entrou em operação no 4T09. A Castertech, quando em produção total, terá capacidade de produção de 30 mil toneladas/ano de fundidos e o faturamento estimado é de R\$ 100 milhões. A produção será inicialmente direcionada a atender a demanda das Empresas Randon.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2009:

**INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2009**

MOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Suspensys	Veículos	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Castertech	Total
Máquinas	9.540	12.760	2.424	1.833	8.163			208	496		6.203	41.987
Prédios	9.223	10.038	3.393	41	5.026				8		4.497	32.126
Terrenos	8										965	973
Ferramentais	5.393	2.721	687	1.512	2.527			37	163		618	13.658
Beneficiárias	2.539	28								77		3.887
Veículos	1.532	174	44		20				61	376		2.458
Móveis e Utensílios	359	274	283	5	109	3	25	6	34	3	337	1.438
Equip. de Laboratório	179			52							293	524
Informática	10.732	831	111	89	139	82	139		28	127		12.569
Outros	759			279				(1.993)	2.655			14.057
<b>TOTAL:</b>	<b>40.264</b>	<b>26.826</b>	<b>6.852</b>	<b>3.811</b>	<b>15.984</b>	<b>85</b>	<b>164</b>	<b>(1.653)</b>	<b>3.896</b>	<b>3</b>	<b>27.045</b>	<b>123.277</b>
<b>INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)</b>	<b>18</b>						<b>1</b>					<b>19</b>
<b>TOTAL GERAL (Reais Mil)</b>	<b>40.282</b>	<b>26.826</b>	<b>6.852</b>	<b>3.811</b>	<b>15.984</b>	<b>85</b>	<b>165</b>	<b>(1.653)</b>	<b>3.896</b>	<b>3</b>	<b>27.045</b>	<b>123.296</b>

(\*) Ações ou cotas outras empresas, Incentivos etc.

Em 2010 foram contabilizados R\$ 190,5 milhões em investimentos. Em 2010 as Empresas Randon iniciaram a implantação do novo ERP. O contrato foi fechado em DEZ/2009 com a SAP. A integração dos processos de negócios é fundamental para facilitar a sinergia entre as empresas do grupo. O investimento irá suportar o crescimento das receitas e o projeto de internacionalização da Randon e suas controladas. Os demais investimentos estão distribuídos em instalações, com a conclusão do prédio do complexo RH, início da implantação do projeto de nova expedição na Randon Implementos e melhorias e ampliação de capacidade nas instalações industriais das Empresas Randon como um todo.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2010:

**AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2010**

MOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Suspensys	Consórcio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Total
Máquinas	19.222	22.834	4.486	2.256	9.719	0	390	884			1.753	0	61.544
Prédios	5.577	1.164	1.988	22	1.255	0	33	0			1.235	0	11.254
Terrenos	25.463	0	0	0	0	0	0	0			5	0	25.468
Ferramentais	6.078	6.952	594	1.135	5.479	0	66	105			85	0	20.494
Beneficiárias	5.889	0	0	29	0	0	0	383			862	0	7.263
Veículos	1.560	475	95	0	107	0	0	6			111	150	2.534
Móveis e Utensílios	1.515	942	1.741	53	198	64	17	223	2	13	214	190	5.172
Equip. de Laboratório	386	0	0	52	505	0	0	0			519	0	1.462
Informática	21.149	498	235	456	6.175	670	45	293			80	285	29.787
Outros / Intangível	2.854	7.831	4.155	236	991	0	15	6.891			2.527	18	25.518
<b>TOTAL:</b>	<b>89.793</b>	<b>40.606</b>	<b>13.305</b>	<b>4.249</b>	<b>24.429</b>	<b>734</b>	<b>568</b>	<b>8.785</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>7.391</b>	<b>653</b>	<b>190.526</b>
<b>INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)</b>													<b>0</b>
<b>TOTAL GERAL (Reais Mil)</b>	<b>89.793</b>	<b>40.606</b>	<b>13.305</b>	<b>4.249</b>	<b>24.429</b>	<b>734</b>	<b>568</b>	<b>8.785</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>7.391</b>	<b>653</b>	<b>190.526</b>

(\*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.

Em 2011 foram contabilizados R\$ 248,3 milhões em investimentos. Neste período a Companhia realizou a etapa principal dos investimentos na implantação do novo sistema de gestão, o ERP. Os processos de migração iniciaram em janeiro com o sistema de RH, e em meados de 2011 a implantação nas unidades controladas de menor porte (Banco, Consórcio, Jost, Castertech) e finalizando, entre novembro/2011 e janeiro/2012, com as

unidades (Fras-le, Master, Suspensys e Randon). Ainda deverão ocorrer alguns investimentos e gastos no próximo exercício por conta de ajustes no sistema.

Também aconteceu em 2011, a conclusão das novas instalações da expedição da Randon Implementos iniciada em 2010. O prédio está localizado junto à fábrica, no Complexo Interlagos, em Caxias do Sul com uma área de mais de 5 mil m<sup>2</sup>. O amplo projeto contempla ainda uma passarela ligando as dependências da fábrica com a nova expedição, área para a entrega técnica dos produtos e um pátio com capacidade de 300 vagas para estacionamento. Em breve também irá abrigar a estrutura da nova Casa do Cliente. O investimento total superou os R\$ 20 milhões e traz vantagens operacionais significativas como a melhoria no fluxo logístico, visto que a nova área está apta para atender a visão de crescimento da empresa. Também repercutirá em melhorias nas condições de trabalho, pois o prédio foi construído com modernos materiais que proporcionam melhor conforto térmico e de iluminação, em sintonia com a política de preservação do meio ambiente.

Os demais investimentos foram distribuídos em melhorias e ampliação de capacidade nas instalações industriais em todas as unidades Randon no Brasil e no exterior conforme comentada no capítulo de exportação.

A seguir estão relacionados os investimentos totais realizados em 2011:

AQUISIÇÕES INVESTIMENTOS - ACUMULADO 2011														
IMOBILIZADO - (Reais Mil)	Randon	Fras-le	Master	Jost	Suspensys	Consócio	Argentina	Randon SP	Randon Middle East	Randon Automotive	Castertech	Randon Investim.	Randon Brantech	Total
Máquinas	10.388	38.451	11.319	3.214	11.444		289	854			1.844		2	77.803
Prédios	9.851	474	1.534	149	818		3.184	862			183			17.203
Terras	20.533							9						20.539
Ferramentas	4.318	5.752		899	12.000			628			172			23.679
Reparações	2.651							1.345			143			4.149
Veículos	2.508	244	32		123			230			120			3.123
Móveis e Iluminação	1.382	1.523	1.206	73	246	13	24	390	1		71	34	8	4.971
Equip. de Laboratório	252			110	503						85			950
Informática	2.177	549	567	241	493	40	161	1.038			32	38	4	5.659
Outros / Intangível	58.720	9.475	5.867	1.116	8.508	546	274	3.052			2.418	9	11	80.034
TOTAL:	112.856	56.467	20.525	5.712	34.251	598	3.932	8.565	1	0	4.936	81	25	247.950
INVESTIMENTOS (*) - (Reais Mil)	323													323
TOTAL GERAL (Reais Mil)	113.179	56.467	20.525	5.712	34.251	598	3.932	8.565	1	0	4.936	81	25	248.273

(\*) Ações ou cotas outras empresas, incentivos etc.

## ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, cfe. já demonstrado anteriormente.

### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia efetuou aquisições em 2011, (Folle Indústria de Implementos Rodoviários Ltda que passou a denominar-se Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda.) que podem ser vistas no item 10.3, letra "b" – constituição de empresa controlada.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

#### ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a comentar.



**Anexo III - Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**

A seguir estão detalhadas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho Fiscal, na AGO a ser realizada no dia 29 de março de 2012

**12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:****Conselho Fiscal:**

<b>Membros Titulares</b>			
a. Nome:	<b>Maria Tereza Casagrande</b>	<b>Carlos Osvaldo Pereira Hoff</b>	<b>João Carlos Sfreddo</b>
b. Idade	62 anos	64 anos	65 anos
c. Profissão	Contadora	Contador	Contador
d. CPF	181.460.660-20	055.286.900-72	008.936.920-34
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Titular	Conselheiro Fiscal Titular	-0-
f. Data da eleição	18/04/2011	18/04/2011	-0-
g. Data da posse	13/05/2011	13/05/2011	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim

<b>Membros Suplentes</b>			
a. Nome:	<b>Paulo Poletto</b>	<b>Orly Casara</b>	<b>Werner Bornholdt</b>
b. Idade	66 anos	67 anos	62 anos
c. Profissão	Economista	Contador	Economista
d. CPF	025.730.678-15	008.125.600-00	320.629.828-87
e. Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Suplente	Conselheiro Fiscal Suplente	-0-
f. Data da eleição	18/04/2011	18/04/2011	-0-
g. Data da posse	-0-	-0-	-0-
h. Prazo do mandato	1 ano	1 ano	-0-
i. Outros cargos ou funções exercidas no emissor	-0-	-0-	-0-
j. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**  
Não se aplica

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

a. currículo, contendo as seguintes informações:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa, cargo e funções inerentes ao cargo e atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas
- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
  - i. qualquer condenação criminal
  - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
  - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

#### **Conselho Fiscal – membros titulares**

##### **Maria Tereza Casagrande**

- a. Randon S.A. Implementos e Participações (companhia aberta) – Gerente Administrativa Corporativa, responsável pelas áreas corporativas de Recursos Humanos, Controladoria e Jurídica, até 31 de dezembro de 2010 – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões; Instituto Elisabetha Randon Pró Educação e Cultura – Diretora Administrativa – Atividade principal: associação sem fins lucrativos (OSCIPI), que atende crianças de 6 a 14 anos no turno inverso ao turno escolar; CENEX – Centro de Excelência Empresarial – Diretora – Atividade principal: associação sem fins lucrativos que tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento dos executivos das empresas associadas; SIMECS Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul – Coordenadora da Comissão de Relações do Trabalho. Não ocupou cargo de administradora em Companhia Aberta nos últimos cinco anos.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenada em processo administrativo da CVM; e, não foi condenada, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

##### **Carlos Osvaldo Pereira Hoff**

- a. Exacto Auditoria S.S. - Sócio-diretor de auditoria – empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, integrante do grupo econômico da empresa Exacto Serviços Tributários SS Ltda; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – membro titular do Conselho Fiscal – Atividade Principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

##### **João Carlos Sfreddo**

- a. Sfreddo Serviços Contábeis S.S. – sócio; Ernst & Young Auditores S.S. – sócio responsável pelos escritórios de Porto Alegre, Curitiba, Blumenau até dezembro de 2009, quando se desligou daquela empresa. Não ocupou cargo de administrador em companhias abertas nos últimos cinco anos.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

#### **Conselho Fiscal – membros suplentes**

##### **Orly Casara**

- a. Universidade de Caxias do Sul (Fundação de ensino superior) - professor do curso de graduação de Ciências Contábeis e orientador de trabalhos monográficos na área de análise de demonstrações contábeis. Randon S.A. Implementos e Participações

(Companhia Aberta) – membro suplente do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.

- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Paulo Poletto**

- a. Festa Nacional da Uva Turismo e Empreendimentos S.A. - Diretor Administrativo e Financeiro – Atividade principal: locação para eventos e feiras; - Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais (entidade sem fins lucrativos) - Diretor Administrativo e Financeiro – Atividade principal: agenciamento e realização de eventos voltados para feiras e ao empreendedorismo; PP Assessoria Empresarial Ltda. – Sócio-administrador – Atividade principal: empresa de assessoria empresarial nas áreas de administração geral, planejamento estratégico e custos; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia Aberta) – membro suplente do Conselho Fiscal – Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões. Foi Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores da empresa Agrale S.A. (enquanto era Companhia Aberta)
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**Werner Bornholdt**

- a. Werner Bornholdt Consultores de Empresas SS – Diretor-presidente - prestação de serviços de consultoria na área econômica; Medabil Sistemas Construtivos S.A. – Presidente do Conselho de Administração; Soprano Eletrometalurgica e Hidráulica Ltda. – membro do Conselho de Administração; Freios Control Ltd. – Conselheiro; Memphis S/A – Conselheiro; Expresso Mercúrio S.A. – Conselheiro; e, Randon S.A. Implementos e Participações (Companhia aberta) – membro titular do Conselho Fiscal até abril de 2009 - Atividade principal: indústria de veículos automotores e rebocados e de vagões.
- b. Não possui condenações criminais; não foi condenado em processo administrativo da CVM; e, não foi condenado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a. administradores do emissor
- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Das pessoas indicadas pelo acionista controlador aos cargos de membros do Conselho Fiscal, nenhum dos candidatos têm relação de parentesco mencionada no item 12.9 acima.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor
- b. controlador direto ou indireto do emissor
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Os candidatos a fiscais da Companhia não têm relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, (i) com sociedade controlada, direta ou indiretamente pela Companhia; (ii) com o acionista controlador direto ou indireto da Companhia; com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controladora ou controladas de algumas dessas pessoas.

## **Anexo IV - Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência**

### **13. Remuneração dos administradores**

#### **13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

a. objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas de remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e não estatutários e dos membros do Conselho Fiscal alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelo desempenho de suas funções, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

Os honorários anuais do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal são pagos em treze parcelas, sendo duas pagas no mês de dezembro. Da mesma forma é o pagamento dos diretores não estatutários, sendo que estes têm vínculo empregatício com a Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta de honorários fixos, participação nos lucros, previdência privada, plano de saúde e seguro de acidentes pessoais.

Os honorários mensais fixos têm por objetivo remunerar os administradores pelo exercício de suas funções de acordo com as práticas de mercado; a participação nos lucros visa desafiar os administradores a cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico; a previdência privada busca garantir renda suplementar aos administradores no período pós-carreira; a assistência médica tem como propósito facilitar o acesso à saúde dos administradores e de seus dependentes, se for o caso; e, o seguro de acidentes pessoais tem por objetivo assegurar aos administradores o custeio das despesas médicas e hospitalares em caso de acidente quando estão em viagem.

A diretoria não estatutária recebe participação nos lucros, sendo que a referência para o cálculo é o lucro gerado, em relação à meta do lucro estabelecida no planejamento estratégico anual.

Aos Conselheiros Fiscais é paga uma remuneração mensal fixa, correspondente a 10% da que em média for atribuída a cada Diretor estatutário, não computado no valor a ser pago a participação nos lucros dos Diretores. Cabe aos Conselheiros Fiscais, ainda, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

A distribuição da remuneração deve observar o montante aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não existe proporção fixa, podendo esta variar de acordo com o desempenho da Companhia e deliberações da assembleia geral e do Conselho de Administração. A participação nos lucros dos administradores obedece aos limites estabelecidos na Lei 6404/76.

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores, segregadas entre a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Ano	Elemento	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários	40,52%	63,17%	100%
	Participação nos lucros	56,58%	36,67%	-
	Previdência Privada	2,48%	0,00%	-
	Outros benefícios	0,42%	0,16%	-
2010	Honorários	43,38%	62,77%	100%
	Participação nos lucros	53,68%	37,07%	-
	Previdência Privada	2,54%	0,00%	-
	Outros benefícios	0,39%	0,15%	-
2011	Honorários	44,52%	62,68%	100%
	Participação nos lucros	52,26%	37,11%	-
	Previdência Privada	2,81%	0,00%	-
	Outros benefícios	0,40%	0,21%	-

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia única de cálculo e reajuste, pois são levados em consideração diversos fatores. Os honorários são reajustados de acordo com as práticas de mercado, baseadas em pesquisas específicas em empresas do mesmo setor, bem como parâmetros de inflação; a participação nos lucros segue os limites legais, em função do lucro realizado em cada exercício; a previdência privada é reajustada na mesma proporção do reajuste dos honorários fixos; e, o plano de saúde obedece aos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções, bem como as práticas de mercado.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os honorários são definidos com base nos parâmetros estatísticos de remuneração fixa obtidos em pesquisas salariais específicas, identificados através da comparação de ocupantes de cargos equivalentes no mercado, bem como parâmetros de inflação; e, a participação nos lucros o desafio de otimizar os lucros da Companhia, com a superação das metas estabelecidas no planejamento estratégico.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os honorários fixos acompanham práticas de mercado, através de pesquisa específica realizada anualmente e a participação nos lucros acompanha o desempenho da Companhia pelo lucro gerado em cada exercício.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos administradores da Companhia é definida considerando seus resultados econômico-financeiros, o reconhecimento pelo exercício de suas funções e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

a. Órgão

Conselho de Administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

b. número de membros

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	4	5	(3,67 – média)
2010	4	5	3
2011	4	5	3
2012	4	5	4,33 - média

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês – Não se aplica
- outros – Não se aplica

Ano	Rubrica	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Honorários	2.003.519,00	2.073.511,00	207.086,00
	Outros benefícios	20.665,00	5.166,00	-
2010	Honorários	2.419.820,00	2.181.107,00	181.506,00
	Outros benefícios	21.995,00	5.441,00	-
2011	Honorários	2.804.976,00	2.393.428,20	198.060,00
	Outros benefícios	25.402,53	8.115,12	-
Previsão 2012	Honorários	3.187.550,63	2.723.196,63	333.001,31
	Outros benefícios	28.043,29	8.966,96	-

A Companhia não indicou o valor pago por esta ao INSS incidente sobre a remuneração dos administradores e fiscais, pois entende que não se trata de benefício e sim de tributo recolhido em favor da União.

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus – não se aplica
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões – não se aplica
- comissões – não se aplica
- outros – não se aplica

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	-
	Participação nos lucros	2.797.600,00	1.203.800,00	-
2010	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	-
	Participação nos lucros	2.993.640,00	1.288.066,00	-
2011	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	-
	Participação nos lucros	3.293.004,00	1.416.872,60	-

Previsão 2012	Nº de membros a quem foi atribuída	4	1	-
	Participação nos lucros	3.786.954,60	1.629.403,49	-
A participação nos lucros relativa ao exercício de 2012 é estimativa, uma vez que a mesma será calculada com base nos lucros do exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012.				

A Companhia não indicou o valor pago por esta ao INSS incidente sobre a remuneração dos administradores e fiscais, pois entende que não se trata de benefício e sim de tributo recolhido em favor da União.

### iii. benefícios pós-emprego

Ano	Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de membros a quem foi atribuída	2	0	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	122.490,00	0,00	-
2010	Nº de membros a quem foi atribuída	2	0	-
	Plano de Previdência Privada - Randonprev	141.764,00	0,00	-
Previsão 2011	Nº de membros a quem foi atribuída	2	0	-
	Plano de Previdência Privada – Randonprev	177.335,45	0,00	-
Previsão 2012	Nº de membros a quem foi atribuída	2	0	-
	Plano de Previdência Privada – Randonprev	191.392,95	0,00	-

### iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

A Companhia não adota benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

### v. remuneração baseada em ações

A Companhia não possui plano de remuneração baseada em ações.

### d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	4.944.274,00	3.282.477,00	207.086,00
2010	5.577.219,00	3.474.614,00	181.506,00
2011	6.300.717,98	3.818.415,92	198.060,00
Previsão 2012	7.193.941,47	4.361.567,08	333.001,31

### e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Ano	Valor total em R\$
2009	8.433.837,00
2010	9.233.339,00
2011	10.317.193,90
Previsão 2012	11.888.509,86

### 13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais



A Companhia não adota pagamento de remuneração variável, exceto a participação nos lucros.

d. em relação à participação no resultado:

- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
- iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

(em R\$)	Participação nos Lucros	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2009	Nº de membros	4	1	-	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	-	Não estava previsto
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	2.797.600,00	1.203.800,00	-	4.001.400,00
2010	Nº de membros	4	1	-	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não estava previsto	Não estava previsto	-	
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas fossem atingidas	Não estava previsto	Não estava previsto	-	10% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	2.993.640,00	1.288.066,00	-	4.281.706,00
2011	Nº de membros	4	1	-	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	Não há previsão	-	Não há previsão
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	3.293.004,00	1.416.872,60	-	4.709.876,60
Previsão 2012	Nº de membros	4	1	-	5
	Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há previsão	Não há previsão	-	Não há previsão
	Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor previsto no plano de remuneração caso as metas forem atingidas	-	-	-	10% do lucro líquido
	Valor previsto para o exercício	3.786.954,60	1.629.403,49	-	5.416.358,09

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social**

<b>Companhia (Randon S.A. Implementos e Participações) – 31/12/2011</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	538	1.502	2.040
Diretoria Estatutária	40.055	3.423.952	3.464.007
Conselho Fiscal	81	9	90
<b>Sociedade Controlada (Fras-le S.A.) – 31/12/2011</b>			
<b>Órgão</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total</b>
Conselho de Administração	4.062	93	4.155
Diretoria Estatutária	2	1.047.790	1.047.792
Conselho Fiscal	0	0	0

As ações acima contemplam somente aquelas detidas pelos membros de cada órgão solicitado, não incluindo as ações detidas pela sociedade controladora Dramd Participações e Administração Ltda. No Formulário Consolidado de Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas (art. 11 – Instrução CVM 358/2002) a posição refletida no item relativo ao acionista controlador soma as posições de Dramd Participações e Administração Ltda, Raul Anselmo Randon, David Abramo Randon e Alexandre Randon. As informações relativas a Raul Anselmo Randon (Presidente do Conselho de Administração), David Abramo Randon (Diretor Presidente) e Alexandre Randon (vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor vice-presidente) não foram somadas as posições agrupadas em cada órgão naquele documento.

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis

- iv. prazo máximo para exercício das opções
- v. prazo de restrição à transferência das ações
- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
  - em aberto no início do exercício social
  - perdidas durante o exercício social
  - exercidas durante o exercício social
  - expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição
  - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

A Companhia não possui plano de remuneração em ações

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia não possui plano de remuneração em ações.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Descrição	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	4	0
Nome do plano	Randonprev	Randonprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	02	0
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	9.794.635,50	0,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	177.335,45	0,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há	Não há

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Ano	(em R\$)	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	Nº de Membros	4	5	3,67
	Maior Remuneração	1.389.806,00	2.193.146,00	57.389,00
	Menor Remuneração	1.010.243,00	131.326,00	57.389,00

	Média da Remuneração	1.236.068,00	656.496,00	56.478,00
2010	Nº de Membros	4	5	3
	Maior Remuneração	1.564.492,92	2.555.645,00	60.500,00
	Menor Remuneração	1.037.773,99	140.528,00	60.500,00
	Média da Remuneração	1.394.205,08	694.922,00	60.500,00
2011	Nº de Membros	4	5	3
	Maior Remuneração	1.900.953,30	2.802.227,52	66.020,00
	Menor Remuneração	1.167.939,09	153.344,80	66.020,00
	Média da Remuneração	1.575.179,50	763.683,18	66.020,00

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Ano	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
2009	49,68%	83,28%	00%
2010	46,66 %	88,34%	00%
2011	48,25%	88,07%	00%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não recebem outras remunerações além daquela estabelecida para o exercício de seus cargos.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

**Anexo VII – Proposta de modificação do Estatuto Social**

**Proposta de Modificação do Estatuto Social**

(Art. 11, I, Instrução CVM 481/09)

**RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES**

**Companhia Aberta  
CNPJ 89.086.144/0001-16**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** RANSON S.A. Implementos e Participações é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto e pelas normas pertinentes.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Abramo Randon, nº 770, e foro jurídico na mesma cidade, podendo criar e extinguir filiais, escritórios e outros estabelecimentos no País e no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto:

- (a) indústria, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo;
- (b) participação no capital social de outras sociedades;
- (c) administração de bens móveis e imóveis próprios;
- (d) transporte rodoviário de cargas; e,
- (e) prestação de serviços atinentes aos seus ramos de atividades.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 730.000.000,00 (setecentos e trinta milhões de Reais), representado por 243.785.452 (duzentos e quarenta e três milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações, sendo 81.888.294 (oitenta e um milhões, oitocentas e oitenta e oito mil, duzentas e noventa e quatro) ações ordinárias e 161.897.158 (cento e sessenta e um milhões, oitocentas e noventa e sete mil, cento e cinquenta e oito) ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal.

**Artigo 6º.** A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 270.000.000 (duzentos e setenta milhões) de ações, sendo 90.000.000 (noventa milhões) de ordinárias e 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de preferenciais.

**§ 1º.** As emissões dentro do limite do capital autorizado serão efetuadas mediante deliberação do Conselho de Administração que fixará a quantidade de ações a emitir, o preço e as condições de integralização, bem como as demais condições e procedimentos referentes a cada emissão.

**§ 2º.** A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de aquisição de ações a seus administradores, a seus empregados ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia ou à Sociedade sob seu controle, nos termos do § 3º do artigo 168 da Lei 6.404/76.

**Artigo 7º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, inclusive dividendo pelo menos igual ao atribuído às ações ordinárias; de prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do § 1º seguinte.

**§ 1º.** A alienação, direta ou indireta, do controle da Companhia, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, com direito a voto ou não, de modo a lhes assegurar o preço no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

**§ 2º.** As ações preferenciais sem direito a voto adquirirão esse direito, se a Companhia em 3 (três) exercícios consecutivos, contados da criação da respectiva espécie, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus.

**Artigo 8º.** A Companhia poderá, mediante deliberação de Assembleia Geral, criar classes de ações preferenciais mais favorecidas ou promover aumento de classe existente sem guardar proporção com as demais, observando para as ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Dentro do mesmo limite, os aumentos do número de ações, poderão ser feitos com ações de ambas as classes ou somente de uma delas independente de proporcionalidade.

**Artigo 9º.** As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e contratada pela Companhia, para prestar serviços de ações escriturais e não serão representadas por certificados.

**Artigo 10.** Os acionistas, na proporção das ações que possuem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

**§ 1º.** O prazo para exercício do direito de preferência será de trinta dias, contados a partir da data de publicação, no Diário Oficial, da ata de autorização do respectivo aumento, ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado, até o dobro.

**§ 2º.** A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, sem que assista o direito de preferência aos acionistas, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de

valores, subscrição pública, ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, consoante dispuser a lei.

**Artigo 11.** Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, ou conversão nestas de títulos ou créditos, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, poderão estabelecer que ao novo capital sejam atribuídos dividendos calculados *pro-rata temporis*, tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.

**Artigo 12.** A instituição financeira depositária das ações escriturais poderá cobrar o custo de serviços de transferência de titularidade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 13.** A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei, reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

**Artigo 14.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, em falta deste, pelas pessoas previstas em lei, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta pelo Presidente do Conselho de Administração e por outro membro deste ou, em falta destes, por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.

**Artigo 15.** A Companhia poderá solicitar, dentro do prazo fixado no anúncio de convocação, a entrega na sede social, de procurações e demais documentos relativos à representação de acionistas nas Assembleias Gerais.

**Artigo 16.** A Companhia poderá suspender as transferências, conversões, desdobramentos e grupamento de ações, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.

### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO**

#### **Seção I - Parte Geral**

**Artigo 17.** A Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por um prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

**§ 1º.** A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado no livro de atas de reuniões do respectivo órgão, e permanecerão no pleno exercício de suas funções até a investidura dos novos eleitos.

**§ 2º.** A posse de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração e da Diretoria está condicionada à prévia subscrição de Termo de Anuência dos Administradores, conforme disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.



§ 3º. Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração poderá ser votada, em verba individual, para cada membro, ou em verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Excluído: 2

§ 4º. Os administradores perceberão, além da remuneração referida no parágrafo anterior, a participação nos lucros referida no Artigo 37 deste Estatuto.

Excluído: 3

§ 5º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Excluído: 6

**Artigo 18.** Como Companhia autorizada a negociar seus valores mobiliários no segmento de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

## Seção II - Conselho de Administração

**Artigo 19.** O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Excluído: 8

**Parágrafo único.** O Presidente e até dois Vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros.

Excluído: dentre os acionistas da Companhia

**Artigo 20.** É facultado a qualquer Conselheiro efetuar indicação específica de outro Conselheiro para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários.

Excluído: 19

**Parágrafo único.** No caso de vaga definitiva, o Conselho de Administração, por seus membros remanescentes, poderá eleger um substituto para completar o mandato do substituído.

**Artigo 21.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente ou por qualquer dos Conselheiros.

Excluído: 0

§ 1º. As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 3 (três) dias, na qual constará o local, data, hora e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido.

§ 2º. Serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros, independente de quaisquer formalidades preliminares ou desde que todos manifestem sua concordância na dispensa das mesmas.

§ 3º. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou que tiver enviado seu voto por escrito.

§ 4º. As deliberações serão tomadas por maioria de voto, devendo constar de atas lavradas no livro próprio.

§ 5º. Compete ao Presidente do Conselho de Administração, e, em suas ausências ou impedimentos aos Vice-presidentes:

- a) presidir as reuniões do órgão;
- b) supervisionar os serviços administrativos do órgão;

c) representar o órgão na hipótese da alínea (j) do Artigo 22.

Excluído: 1

**Artigo 22.** Compete ao Conselho de Administração:

Excluído: 1

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários à sua execução;
- c) aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operação e/ou de investimentos;
- d) acompanhar em caráter permanente, o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- e) estabelecer a estrutura administrativa da sociedade, e aprovar o seu Regimento Interno;
- f) eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- g) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados, ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- h) fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- i) estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia;
- j) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- k) manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- l) deliberar sobre o pagamento de dividendos, inclusive intermediários e juros sobre o capital próprio aos acionistas;
- m) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
- n) autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacando o capital necessário;
- o) escolher e destituir os auditores independentes;
- p) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- q) manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a Diretoria submeter à sua aprovação;
- r) autorizar o aumento do capital previsto no Artigo 6º deste estatuto e deliberar sobre a emissão de notas promissórias para distribuição pública;
- s) avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante à orientação dos negócios da Companhia, respeitada a competência da Assembleia geral;
- t) autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedades coligadas ou controladas;
- u) autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a Companhia, seus acionistas e pessoas, físicas ou jurídicas, ligadas;
- v) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- w) autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- x) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos casos enumerados nesta alínea, exceder os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho de Administração;

z) deliberar sobre os casos omissos, bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

**Parágrafo único.** É também da competência do Conselho de Administração fixar a orientação da Companhia nas sociedades de que participar e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela Companhia, ou por pessoas por esta indicadas, quanto à eleição e destituição de administradores, à alteração de estatutos ou contratos sociais das ditas sociedades, bem como as matérias listadas no "caput" deste Artigo, nas alíneas l, o, p, s, t, u, v, w e x, ainda no tocante às mesmas sociedades.

### Seção III - Diretoria

- | **Artigo 23.** A Diretoria será composta de 2 (dois) diretores, no mínimo, e de 9 (nove), no máximo, sendo 1 (um) Diretor-presidente, até 3 (três) com a designação de Diretor-vice-presidente e até 5 (cinco) Diretores sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração. Excluído: 2
- | **Artigo 24.** Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias a obrigações de terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22, deste Estatuto. Excluído: 3
- | **Artigo 25.** Além das atribuições conferidas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete:
- I. ao Diretor-presidente: **(a)** convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **(b)** conduzir os negócios e acompanhar seus resultados; **(c)** fazer cumprir as decisões emanadas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; **(d)** reportar-se ao Conselho de Administração, nos casos previstos no Estatuto ou havendo necessidade para tal.
  - II. aos Diretores-vice-presidentes: **(a)** atuar em conjunto com o Diretor-presidente para o desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia, auxiliando-o no desempenho de suas funções; e, **(b)** substituir o Diretor-presidente em suas ausências e impedimentos, obedecido ao disposto no Artigo 29, deste Estatuto; e,
  - III. aos Diretores sem designação, a prática dos atos pertinentes às respectivas áreas de atuação, bem como aqueles decorrentes das atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração.
- | **Artigo 26.** Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: Excluído: 4
- (a)** por 2 (dois) Diretores;
  - (b)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;
  - (c)** por 2 (dois) procuradores. Excluído: 8
- | **Artigo 26.** Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: Excluído: 5
- (a)** por 2 (dois) Diretores;
  - (b)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador;
  - (c)** por 2 (dois) procuradores. Excluído: .

**Parágrafo único.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador:

Excluído: § 1º

- (a) perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à Companhia;
- (c) firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da Companhia;
- (e) prestar depoimento em juízo, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar.

**Artigo 27.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por dois Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Excluído: § 2º. O disposto neste artigo não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores.¶

Excluído: 6

**Artigo 28.** A Diretoria reunir-se-á sempre que for convocada pelo Diretor-presidente, ou por um dos Diretores-vice-presidentes ou, ainda, por dois Diretores, nesta ordem. As reuniões serão presididas pelo membro da Diretoria que as tiver convocado ou que for escolhido na ocasião.

Excluído: 7

**§ 1º.** Para que se possam instalar as reuniões da Diretoria e nelas validamente se deliberar, é necessária a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros em exercício ou, em segunda convocação, de qualquer número de membros, depois de expedida nova convocação.

**§ 2º.** As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião o voto de desempate.

**Artigo 29.** O Diretor-presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído por um dos Diretores-vice-presidentes a ser indicado pelo Conselho de Administração, permitida a acumulação de funções e votos. Em caso de vaga, o Conselho de Administração, nos 15 (quinze) dias que se seguirem à vacância, elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do substituído.

Excluído: 8

**Artigo 30.** Os demais Diretores terão substitutos temporários, indicados pelo Conselho de Administração, nos casos de impedimentos, e eleitos pelo mesmo, em caso de vaga. Nesta hipótese, o Diretor eleito exercerá suas funções até o final do mandato da Diretoria em exercício, ou até que seja substituído por deliberação do Conselho de Administração.

Excluído: 29

**Artigo 31.** É expressamente vedada à Diretoria a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social, salvo se de interesse de sociedades coligadas ou de mesmo controle da Companhia.

Excluído: 0

## CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

**Artigo 32.** A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto, observado, ainda, o disposto na legislação aplicável.

Excluído: 1

| **Artigo 33.** O Conselho Fiscal quando em funcionamento será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido ao mínimo legal.

Excluído: 2

| **Artigo 34.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas, acionistas ou não, residentes no País, que atendam os requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.

Excluído: 3

## CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

| **Artigo 35.** O exercício social termina no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Excluído: 4

| **Artigo 36.** Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. A Companhia poderá levantar também balanço semestral ou trimestral ou, ainda, com outras periodicidades previstas em lei.

Excluído: 5

| **Artigo 37.** Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo.

Excluído: 6

§ 1º. O lucro líquido terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) do saldo remanescente, ajustado na forma da lei, 30% (trinta por cento) no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório; e
- c) o saldo, se for o caso, que não for apropriado à reserva de que trata o § 2º infra, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

§ 2º. A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

§ 3º. A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

| **Artigo 38.** O Conselho de Administração poderá:

Excluído: 7

- a) Declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, § 1º da Lei 6404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais;
- b) Creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação própria vigente, e imputá-los ao dividendo mínimo obrigatório de que trata a letra (b) do § 1º do Artigo 37, deste Estatuto.

Excluído: 6

**Parágrafo único.** Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia, participação proporcional aos administradores.

| **Artigo 39.** Prescreve em 3 (três) anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas. **Excluído: 8**

#### **CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO**

| **Artigo 40.** A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação. **Excluído: 39**

| **Artigo 41.** A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria absoluta dos votos. **Excluído: 0**

## **Justificativa da Proposta de Alteração do Estatuto Social**

(art. 11, II, Instrução CVM nº 481/09)

As alterações do Estatuto Social da Companhia estão sendo propostas em razão das seguintes justificativas:

*(i) Modificação do art. 17 e inclusão do art. 18*

A reforma do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, aprovada pela CVM em 21/03/2011, exige a inclusão, no Estatuto Social da Companhia, das determinações destacadas na proposta de modificação até a data de realização da assembleia geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011, o que ora está sendo observado.

*(ii) Modificação do art. 19*

A Lei 12.431/2011 alterou o art. 146 da Lei 6.404/76, retirando exigência de que os conselheiros sejam acionistas da Companhia. Em função de tal alteração legal, a Companhia entendeu por também suprimir essa determinação de seu Estatuto Social.

*(iii) Modificação do art. 26*

Objetivando aproveitar a oportunidade de modificação do Estatuto Social em razão do item (i), acima, a Diretoria propõe também a alteração do art. 26 para tornar mais clara a redação do dispositivo em questão.

*(iv) Consequências Jurídicas e Econômicas*

Sob o aspecto jurídico, a inclusão do parágrafo 5º, no art. 17 do Estatuto Social, resultará na impossibilidade de cumulação dos cargos de Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração por um mesmo administrador. A modificação do art. 19 permitirá que não-acionistas sejam conselheiros de administração da sociedade. As demais alterações não afetam substancialmente a Companhia, uma vez que esta já estava subordinada ao Regulamento de Listagem do Nível 1, independentemente de dispositivo estatutário nesse sentido, e a redação do art. 26 tornou-se mais clara, sem mudar, contudo, seu conteúdo.

Sob o aspecto econômico, as alterações propostas não devem afetar a Companhia em qualquer sentido.